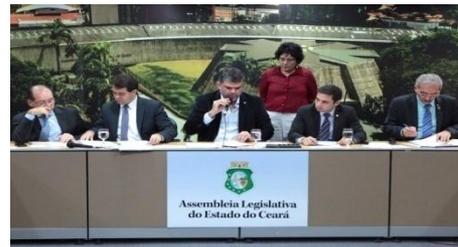
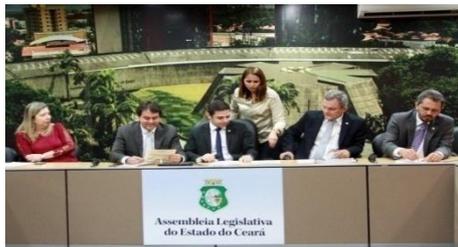




# Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação

# RELATÓRIO ANUAL

# 2016





Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação

# RELATÓRIO ANUAL

## 2016





**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

# **Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação**



# RELATÓRIO ANUAL



# MESA DIRETORA

**29ª Legislatura**

**Presidente**

José Albuquerque

**1º Vice-Presidente**

Tin Gomes

**2º Vice-Presidente**

Danniel Oliveira

**1º Secretário**

Sérgio Aguiar

**2º Secretário**

Manoel Duca

**3º Secretário**

João Jaime

**4º Secretário**

Joaquim Noronha



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**



# Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação

# MEMBROS



Dep. Júlio César Filho  
PMN  
Presidente

Júlio César Costa Lima Filho nasceu em Maracanaú, no dia 3 de abril de 1986. Tem sua vida totalmente ligada ao município em que nasceu; confundindo sua história com a do próprio município metropolitano. Jovem determinado, dedicado e aplicado nos estudos, também sempre se mostrou sensível e engajado aos movimentos sociais; com atuação ativa, aos 16 anos ingressava nas hostes da militância partidária como coordenador de juventude de seu partido na época, PSDB; em Maracanaú. Concluiu o ensino médio e cursava a faculdade de engenharia, enquanto sua mãe, deputada Meire Costa Lima, psicopedagoga e formando em direito, atuava com destaque na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, casa onde já havia despontado o grande trabalho de seu pai, deputado Julio César, por duas legislaturas, hoje Dona Meire é uma das mais destacadas representantes do Movimento das Mulheres do Legislativo Cearense.



Deputado Robério  
Monteiro - PDT  
Vice Presidente

Robério Monteiro nasceu em Itarema (CE), filho do empresário José Maria Monteiro (in memorian) e da Ex-Vereadora Maria Djanira Ribeiro Monteiro. Seu pai, além de ter sido vereador pelo Município de Acaraú e Prefeito pelo Município de Itarema, se destacou na região no ramo da pesca, agropecuária e indústria. Robério Monteiro foi Prefeito do Município de Itarema no período de 2005 a 2008 e reeleito para o quadriênio de 2009 a 2012. Sua visão empreendedora colocou o Município na lista das cidades que mais se desenvolveram no Estado do Ceará. Foi premiado 3 vezes com o Selo Unicef e 2 vezes com o Selo Verde, além do título de “Melhor Prefeito do Brasil” e mais 8 títulos consecutivos de “Melhores Prefeitos do Estado do Ceará”.



Dep. Antônio Granja  
PDT  
Titular



Dep. Walter Cavalcante  
PP  
Titular



Dep. Evandro Leitão  
PDT  
Titular

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação



Dep. Zé Ailton Brasil  
PDT  
**Titular**



Dep. Roberto Mesquita  
PSD  
**Titular**



Dep. Elmano Freitas  
PT  
**Titular**



Dep. Dra. Silvana  
PMDB  
**Titular**



Dep. Aderlânia  
Noronha - PMDB  
**Suplente**



Dep. Laís Nunes  
PMB  
**Suplente**

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação



Dep. Augusta Brito  
PC do B  
**Suplente**



Dep. Moisés Braz  
PT  
**Suplente**



Dep. Bruno  
Gonçalves - PEN  
**Suplente**



Dep. Bruno  
Pedroza - PSC  
**Suplente**



Dep. Naumi Amorim  
PT  
**Suplente**



Dep. Audic Mota  
PMDB  
**Suplente**

# COMISSÃO-ATRIBUIÇÕES

A Assembléia Legislativa do Ceará é composta por 46 deputados eleitos pelo voto direto da população. Cabe ao Poder a tarefa de legislar, ou seja, transformar em leis as demandas da sociedade; cobrar a aplicação dessas medidas e fiscalizar de forma permanente a aplicação do recursos públicos por parte do Governo e demais órgãos da administração.

Ao Parlamento Cearense cabe ainda a apreciação de questões administrativas referentes ao Judiciário, instalar comissões de inquérito para investigar irregularidades na aplicação de verbas públicas municipais e estaduais e comissões especiais para discutir temas específicos de interesse da sociedade, além de votar e aprovar o Orçamento Estadual, o Plano Plurianual do Governo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os nomes indicados para compor o Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios (TCE e TCM). As funções e atribuições do Legislativo Estadual estão dispostas nos artigos 49 e 50 da Constituição do Estado.

Para realizar sua função legislativa, a Assembléia cearense conta com o apoio de 18 comissões técnicas permanentes. Além de analisar projetos e mensagens apresentadas à Casa, as comissões promovem audiências públicas para debater com a população o conteúdo dessas matérias, temas e demandas da sociedade.

Competência da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação :

- a) dívida pública interna e externa;
- b) matérias financeiras, tributárias, orçamentárias e empréstimos públicos;
- c) aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto a sua compatibilidade ou adequação com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual;
- d) tributação, arrecadação, fiscalização e administração fiscal;
- e) acompanhar, trimestralmente, a evolução da política de aplicação dos recursos financeiros destinados à educação, especialmente do Fundo Constitucional do Estado, considerando a observância do percentual mínimo, constitucionalmente destinado ao setor, observadas a alocação espacial e setorial dos recursos orçamentários;
- f) acompanhar os relatórios trimestrais de desembolsos do Tesouro Estadual, dos recursos destinados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado;
- g) tomada de contas do Governador do Estado e dos dirigentes dos órgãos da administração pública estadual direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual (art. 76, inciso II, CE);

The image features a background of a grid of squares in various shades of blue and purple. The squares are arranged in a pattern that creates a sense of depth and movement. The word "FEVEREIRO" is written across the center in a bold, white, sans-serif font with a dark blue outline.

FEVEREIRO

#### 04.02 - Comissões aprovam mensagem sobre combate à dengue.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT) aprovou, em reunião extraordinária na tarde desta segunda-feira (02/05), duas transferências de recursos para entidades do setor privado previstas em projetos de lei do Executivo.

O projeto de lei nº 38/2016, oriundo da mensagem nº 7.985/16, autoriza a transferência de R\$ 2,3 milhões para o Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta.

O outro é o nº 39/2016, oriundo da mensagem 7.980/16, que autoriza transferência de R\$ 1 milhão para o Distrito de Irrigação Mandacaru, Alagamar e Curupati (DIMAC), por meio do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA).



(Fonte: Agência Assembleia)

A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT) aprovou, em reunião na tarde desta quarta-feira (24/02) quatro projetos de lei do Poder Executivo e cinco projetos de indicação de parlamentares.

O colegiado aprovou o projeto de lei nº 13/16, oriundo da mensagem nº 7.960/16, de autoria do Executivo, que autoriza a transferência de até R\$ 19,5 milhões para pessoas jurídicas do setor privado e pessoas físicas, na forma que indica, no âmbito do programa de Comunicação Institucional e Apoio à Políticas Públicas.

Outro projeto aprovado é o de nº 15/16, oriundo da mensagem nº 7.961/16, de autoria do Executivo, que autoriza a transferência de recursos para a Frente de Assistência à Criança Carente (FACC). O texto foi aprovado com uma emenda aditiva do deputado Roberto Mesquita (PV).



(Fonte: Agência Assembleia)

#### 24.02 - Comissão de Orçamento aprova quatro projetos de lei do Poder Executivo.



(Fonte: Agência Assembleia)

#### **24.02 - Reunião conjunta aprova proposições oriundas no Executivo.**

Os gastos com pessoal do Estado ficaram em 56% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2015, o que representa quase R\$ 8,5 bilhões. O valor está abaixo do limite máximo permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 60%. Entretanto, ultrapassou o limite de alerta (54%) e se aproximou do limite prudencial (57%).

O Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado (TCE), gastou, com despesa de pessoal, 2,49% em relação à RCL, sendo o único dos entes a ficar abaixo dos três limites definidos pela LRF: 3,4% de limite máximo; 3,23% de limite prudencial; e 3,06% de limite de alerta.

Os dados foram apresentados pelo secretário da Fazenda do Ceará, Mauro Filho, durante audiência pública de avaliação do cumprimento das metas fiscais do Estado no 3º trimestre de 2015.

#### **Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação**

O colegiado aprovou o projeto de lei complementar nº 21/15, oriundo da mensagem nº 7.927/15, que autoriza a utilização de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop) para o pagamento de bolsas concedidas pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico (Funcap) para atividades exercidas no âmbito da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce). Ao projeto, foi aprovada uma emenda de autoria do deputado Evandro Leitão (PDT).

Já o projeto de lei nº 7/16, oriundo da mensagem nº 7.952/16, de autoria do Executivo autoriza a execução do programa de apoio ao trabalho de desapropriação e indenização social das famílias abrangidas pela obra da CE-010. A matéria recebeu duas emendas, de autoria dos deputados Evandro Leitão e Capitão Wagner (PR).



(Fonte: Agência Assembleia)

#### **29.02 - Gasto com pessoal no Ceará está abaixo do limite máximo da LRF.**

MARÇO



(Fonte: Agência Assembleia)

### **02.03 - Comissões aprovam projeto sobre bloqueio de celular em áreas de presídios.**

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação  
O projeto de lei 3/16, oriundo da mensagem 7.949/16, de autoria do Poder Executivo, foi aprovado nesta quarta-feira (02/03), em reunião conjunta das comissões. A matéria proíbe a concessão de sinais de telefonia móvel em áreas destinadas às unidades prisionais do Ceará.

Também recebeu aprovação o projeto de [lei 18/16](#), oriundo da mensagem 7.958, do Poder Executivo. A proposição pretende criar o Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres para Fins de Ensino (Cedice).

Na mensagem que acompanha o projeto, o governador Camilo Santana alerta que o Ceará conta atualmente com sete faculdades de Medicina, na Capital e Interior, gerando aumento significativo da demanda e exigindo liberação mais célere de cadáveres para fins educacionais.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT) aprovou cinco projetos de autoria de deputados, em reunião ordinária na tarde desta quarta-feira (30/03). Entre as matérias, recebeu aprovação um projeto de lei e quatro de indicação.

Foi aprovado o projeto de Lei nº [206/2015](#), de autoria do deputado Júlio César Filho (PDT). A proposição dispõe sobre a fixação de cartaz nas concessionárias de veículos automotores informando as isenções concedidas às pessoas com deficiência e moléstias graves.

O Colegiado aprovou também os projetos de indicação nº 184/2015, do deputado David Durand (PRB); nº 157/2015, do deputado Moisés Braz (PT); nº 139/2015, da deputada Augusta Brito (PCdoB), e nº 147/2015, do deputado Ferreira Aragão (PDT).



(Fonte: Agência Assembleia)

### **30.03 - Comissão de Orçamento aprova cinco projetos de deputados.**

The image features a background of a grid of squares in various shades of blue and purple. The word "ABRIL" is written in white, bold, uppercase letters with a dark blue outline, centered horizontally across the lower portion of the grid.

ABRIL



(Fonte: Agência Assembleia)

#### **05.04 - Comissões de Constituição e Justiça e de Orçamento aprovam quatro projetos.**

A COFT aprovou o projeto de lei nº 28/16, oriundo da mensagem nº 7.973/16, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito especial de R\$ 27,5 milhões. Já a CCJR aprovou dois projetos de lei e um de resolução. O projeto de lei nº 23/16, de autoria do deputado Carlos Felipe (PCdoB), inclui o Dia do Estudante Medalhista em Olimpíadas Científicas no Calendário Oficial do Estado. Já o projeto de lei nº 45/16, do deputado Danniell Oliveira (PMDB), considera de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares dos Sítios Marrocas e Jatobá, localizados no município de Porteiras. O Colegiado também aprovou o projeto de resolução nº 3/16, de autoria da CCJR, que concede licença para tratar de interesses particulares ao deputado Lucívio Girão (PP) por um prazo de 120 dias.

A Comissão de Orçamento (COFT) aprovou, em reunião ordinária na tarde desta quarta-feira (06/04), transferência de recursos dos projetos São José III e Paulo Freire e do Programa de Proteção ao Uso Prejudicial das Drogas.

O projeto de lei nº 24/16, oriundo da mensagem nº 7.970/16, do Poder Executivo, autoriza transferência de R\$ 29,4 milhões, por meio de convênios, para pessoas jurídicas selecionados em seleção pública do projeto São José III. Também foi aprovado o projeto de lei nº 25/16, oriunda da mensagem nº 7.971/16, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a transferência de R\$ 2,2 milhões para as entidades beneficiadas pelo Projeto Paulo Freire.

O colegiado aprovou ainda o projeto de lei nº 23/16, oriundo da mensagem nº 7.969/16, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a transferência de recursos financeiros, por meio de convênios, para o Programa de Proteção ao Uso Prejudicial das Drogas.



(Fonte: Agência Assembleia)

#### **06.04 Comissão de Orçamento aprova transferências de recursos nesta quarta.**

## Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação



(Fonte: Agência Assembleia)

### **18.04 - Comissões conjuntas aprovam a realização de concurso na Polícia Militar.**

Em reunião extraordinária conjunta na tarde desta segunda-feira (18/04), no Complexo de Comissões Técnicas da Casa, quatro mensagens de autoria do Poder Executivo, com cinco emendas, e um requerimento.

Foi aprovado o projeto de lei nº 33/16, oriundo da mensagem nº 7.978, que altera a Lei nº 13.729, de 11 de janeiro de 2006, e a Lei nº 15.797, de 25 de maio de 2015, que trata da realização de concurso para a contratação de cerca de quatro mil novos policiais militares. Também foi aprovado o projeto de lei nº 30/16, oriundo da mensagem nº 7.974, que institui a gratificação de reforço operacional extraordinário, em substituição à gratificação de serviço extraordinário prevista no art. 73, inciso XII, c/c art. 80, da Lei nº 12.124, de 06 de julho de 1993. Foi aprovado com três emenda aditivas, sendo duas de autoria do deputado Audic Mota (PMDB) e outra conjunta dos deputados Audic Mota e Evandro Leitão (PDT).

As comissões de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT) e de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços (CICTS) aprovaram, em reunião conjunta na tarde desta quarta-feira (27/04), o projeto 12/2016, oriundo da mensagem 7.953/2016, de autoria do Poder Executivo. A proposição dispõe sobre a redução da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na produção de gás natural em termelétricas instaladas no Ceará.

Pela proposta da mensagem do Governo do Estado, a base de cálculo será reduzida para 7%. De acordo com a proposição, o projeto tem o objetivo de incentivar a instalação de usinas termelétricas em território cearense. “Tais usinas têm como principal insumo o gás natural, sendo, portanto, relevante a redução da carga tributária incidente em tal insumo para induzir a realização de investimentos e a consequente instalação no Estado”, diz trecho da mensagem.



(Fonte: Agência Assembleia)

### **27.04 Comissões aprovam redução de ICMS para instalação de usinas termelétricas .**



MAIO

### 02.05 - Comissão de Orçamento aprova transferências de recursos.

As comissões de Orçamento, Finanças e Tributação; Trabalho Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Saúde; Ciência Tecnologia e Educação Superior; e de Juventude, em reunião conjunta na manhã desta quinta-feira (04/02), aprovaram a mensagem nº 7.948, que acompanha o projeto de lei nº 02/16, de autoria do Poder Executivo.

A matéria, que dispõe sobre medidas de combate e controle à proliferação do agente transmissor da dengue, chikungunya e zika, foi aprovada com nove emendas de parlamentares, sendo duas de autoria do deputado Audic Mota (PMDB), duas de Joaquim Noronha (PP), duas de Elmano Freitas (PT), duas de Carlos Matos (PSDB), e uma de Evandro Leitão (PDT) e José Sarto (Pros).



(Fonte: Agência Assembleia)

O Plano Estadual de Educação (2015/2024) está previsto no projeto de lei nº 19/2016, oriundo da mensagem nº 7.907/16, de autoria do Poder Executivo.

A matéria foi aprovada com 130 emendas, de autoria dos deputados Elmano Freitas (PT), relator do Plano, Dra. Silvana (PMDB), Audic Mota (PMDB), Rachel Marques (PT), Heitor Férrer (PSB), Carlos Matos (PSDB), Renato Roseno (Pso), Ferreira Aragão (PDT), Odilon Aguiar (PMB), Capitão Wagner (PR), Rachel Marques (PT), David Durand (PRB), Evandro Leitão (PDT), Walter Cavalcante (PP), Ely Aguiar (PSDC) e Augusta Brito (PCdoB).

Dentre as mudanças aprovadas, a mais debatida foi a emenda modificativa que altera redação da estratégia 3.13 da meta 3 do plano, que trata sobre a inserção na escola de conhecimentos sobre educação de gênero e sexual, entre outros.



(Fonte: Agência Assembleia)

### 03.05 - Comissões aprovam planos estaduais de Educação e Cultura do Ceará.



(Fonte: Agência Assembleia)

#### **04.05 - Comissão de Orçamento escolhe Evandro Leitão para relatar LDO.**

A matéria está prevista no projeto de lei nº 44/16, oriundo da mensagem nº 7.990/16. De acordo com o presidente do colegiado, deputado Júlio César Filho (PDT), o calendário de tramitação do projeto será apresentado na próxima reunião da COFT.

A LDO dispõe sobre as prioridades, diretrizes e normas da administração pública estadual para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017. Conforme o Regimento Interno da Casa, o texto deve ser votado pela Assembleia Legislativa até 17 de julho.

A comissão também aprovou o projeto de lei nº 45/16, oriundo da mensagem nº 7.988/16, do Poder Executivo. O projeto prevê empréstimo de R\$ 90 milhões, junto à Caixa Econômica Federal, para pagar a contrapartida do Estado nas obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que vai ligar os bairros Parangaba e Mucuripe, em Fortaleza.

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação

#### **05.05 - Audiência pública discute revisão geral da remuneração dos servidores.**

No Complexo de Comissões da Assembleia Legislativa foi realizada audiência pública Para discutir a remuneração dos servidores estaduais o debate é uma iniciativa da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, em conjunto com a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa, e foi proposto pelos deputados Evandro Leitão (PDT) e Zé Ailton Brasil (PP).

A reunião abordou a revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis do Poder Executivo, das autarquias, das fundações públicas e dos militares estaduais.

Foram convidados para a audiência representantes da Sefaz, da Seplag, da Central Única de Trabalhadores, do Fórum Unificado das Associações (Fuaspec), além das entidades sindicais.



(Fonte: Agência Assembleia)

### 18.05 - Comissão de Orçamento aprova mensagem do Executivo e 11 projetos.

O projeto de lei nº 47/2016, oriundo da mensagem nº 7.993/16, de autoria do Poder Executivo, altera a Lei n.º 14.008, de 30/11/2007, que autoriza o estado do Ceará, por meio do Poder Executivo, a receber cooperação financeira não reembolsável proveniente do "KFW".

Foram aprovados dois projetos de indicação do deputado Ely Aguiar (PSDC): o de nº 215 e 216/2015, que trata da criação das Delegacias Especializadas de Proteção ao Turista no distrito de Canoa Quebrada, em Aracati e Jijoca de Jericoacoara.

Também houve aprovação de outros projetos dos deputados David Durand (PRB): o de nº 196/2015, O nº 213/2015, do deputado Heitor Férrer (PSB), O nº 198/2015, do deputado Evandro Leitão (PDT), O nº 190/2015, do deputado Bruno Gonçalves (PP), O nº 171/2015, do deputado Agenor Neto (PMDB), O nº 159/2015, do deputado Moisés Braz (PT), e o de nº 90/2015, do deputado Capitão Wagner (PR)



(Fonte: Agência Assembleia)

### 23.05 - Comissões aprovam políticas sobre resíduos sólidos, abastecimento e reuso da água.

Foi aprovado o projeto de lei complementar 2/16, oriundo da mensagem 7.965, que institui a Política Estadual de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Estado do Ceará. Ao projeto, foram aprovadas 22 emendas, de autoria dos deputados Renato Roseno (Psol), Evandro Leitão (PDT), Zé Ailton Brasil (PP) e Carlos Matos (PSDB).

Já a proposição 21/16, oriunda da mensagem 7.966, institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos no âmbito do Estado do Ceará. Vinte emendas foram aprovadas à mensagem, tendo como autores os deputados Capitão Wagner (PR), Carlos Matos e Renato Roseno.

Também foi aprovada o projeto de lei 22/2016, oriundo da mensagem 7.968, que dispõe sobre a Política de Reúso de Água Não Potável no Estado do Ceará. À proposição, foram aprovadas seis emendas, de autoria dos deputados Renato Roseno e Carlos Matos.



(Fonte: Agência Assembleia)



(Fonte: Agência Assembleia)

**30.05** - Audiência pública sobre a avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2016

### **Mauro Filho afirma que Ceará mantém equilíbrio entre receitas e despesas.**

Apesar da retração econômica do Brasil, o Ceará mantém as receitas e as despesas equilibradas. Foi o que afirmou o titular da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), Carlos Mauro Benevides Filho, em audiência pública sobre a avaliação do cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2016.

Para Mauro Filho, a atividade econômica exige cautela, devido à diminuição do repasse para o Estado.

The background consists of a grid of squares in various shades of blue and purple. The colors range from light cyan to deep indigo. The text 'JUNHO' is centered at the bottom of the image in a white, bold, sans-serif font with a thin black outline.

JUNHO

## 07.06 - AL lança Programa de Educação Continuada para servidores

A Assembleia Legislativa lançou, na manhã desta terça-feira (07/06), o Programa de Educação Continuada em Fiscalização e Controle e Execução Orçamentária. A iniciativa foi viabilizada por meio de convênio assinado entre a AL e os tribunais de contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM). Conforme o presidente da Casa, deputado Zezinho Albuquerque (PDT), o objetivo é buscar, por meio da educação continuada, “um serviço público de qualidade prestado à sociedade”.

(Fonte: Agência Assembleia)



(Fonte: Agência Assembleia)

## 07.06 - Comissões aprovam projeto de lei complementar e duas mensagens.

Foram aprovados um projeto de lei complementar e duas mensagens do Poder Executivo na tarde desta terça-feira (07/06), durante a reunião conjunta das comissões.

O projeto de lei complementar nº 03, de autoria do Poder Executivo, oriundo da mensagem nº 7.991, teve uma emenda aprovada. O projeto dispõe sobre a admissão por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo.

A proposição nº 42/2016, de autoria do Poder Executivo, oriunda da mensagem nº 7.983, teve cinco emendas aprovadas.

Por fim, a proposição nº 46/2016, de autoria do Poder Executivo, oriunda da mensagem nº 7.989, teve 15 emendas aprovadas.

Os servidores das comissões técnicas da Assembleia Legislativa assistiram, nesta sexta-feira (10/06), o primeiro módulo do Programa de Educação Continuada em Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária. O programa buscar um serviço público de qualidade prestado à sociedade e conta com a parceria do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). A programação deve ocorrer nas segundas e sextas-feiras até setembro e contará com seis módulos.

A diretora do Departamento de Recursos Humanos, Elenice Ferreira, destacou a intenção da Assembleia em qualificar cada vez mais seus servidores.

### 10.06 - Servidores participam de Programa de Educação Continuada



(Fonte: Agência Assembleia)



(Fonte: Agência Assembleia)

**16.06** - Audiência pública para discutir sobre o Projeto de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a adoção orçamentária destinada ao Poder Judiciário no Ceará

O presidente da audiência, Roberto Mesquita (PSD), sugeriu a discussão de emendas, na AL, que permitissem o duodécimo, possibilitando que fosse fixado no orçamento do Estado uma porcentagem fixa ao Poder Judiciário.

Durante a audiência, o parlamentar Renato Roseno destacou a situação de déficit de servidores, ocasionando em uma “situação dramática”.

O presidente da Associação Cearense de Magistrados (ACM), o juiz Antônio Araújo, destacou que a média de despesa total do judiciário per capita é de R\$ 120,26 no Estado, 50% abaixo da média nacional, de R\$ 185,44. Dentre os principais problemas, ele listou a carência de servidores, a falta de segurança institucional, sobrecarga de trabalho e falta de tecnologia da informação adequada.



(Fonte: Agência Assembleia)

**20.06** - Projeto da LDO será apreciado na Comissão de Orçamento nesta quarta

O projeto de lei das diretrizes orçamentárias (LDO) para o exercício de 2017 será apreciado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Ceará em reunião nesta quarta-feira (22/06), às 15h, no Complexo de Comissões Técnicas. Foram apresentadas à matéria um total de 111 emendas.

De acordo com o presidente da Comissão, deputado Júlio César Filho (PDT), o alto número de emendas comprova a participação dos parlamentares no aperfeiçoamento do projeto. “Tivemos grande participação dos parlamentares, pois esta é uma oportunidade que temos de contribuir sugerindo ao Executivo áreas de atuação que consideramos prioritárias”, ressaltou.

O relator do projeto e líder do Governo na Casa, deputado Evandro Leitão (PDT), adiantou que o objetivo é contemplar o maior número de emendas propostas. “No ano passado, já fizemos um esforço para aproveitarmos ao máximo as propostas. Neste ano também vamos buscar dialogar com cada autor para construirmos um texto final que contemple as necessidades da população”, salientou.

As emendas apresentadas à propositura são de autoria dos deputados Roberto Mesquita (PSD), Capitão Wagner (PR), Renato Roseno (Psol), Audic Mota (PMDB), Carlos Matos (PSDB),

Elmano Freitas (PT) e Zé Ailton Brasil (PP).

O projeto da LDO 44/14, oriundo da mensagem 7.990/16, deu entrada na Casa no dia 2 de maio e iniciou o processo de tramitação na comissão no dia 5 de maio, com prazo máximo para votação em plenário até o fim do período legislativo, antes do recesso parlamentar, conforme prevê o artigo 303 do Regimento Interno da Casa.

A LDO define as metas, diretrizes e prioridades da administração pública estadual, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), dispõe sobre política de recursos humanos, dívida pública e alterações na legislação tributária.

Integram o PL os anexos de metas e prioridades, metas fiscais e de riscos fiscais, além da relação dos quadros orçamentários. A novidade do projeto encaminhado este ano refere-se ao anexo de metas e prioridades que não teve o formato na versão anterior, por ser o primeiro ano da nova gestão do Governo e não ter as metas do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 definidas. O anexo de metas e prioridades já trabalha as informações do novo PPA.

## 28.06 - Comissões aprovam quatro mensagens do Poder Executivo



(Fonte: Agência Assembleia)

Quatro mensagens de autoria do Poder Executivo foram aprovadas em reuniões das Comissões de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT) da Assembleia Legislativa, na tarde desta terça-feira (28/06). As Comissões aprovaram a proposição 49/2016, oriunda da mensagem 7.997/16, que altera a Lei 14.585/2009, instituindo o abono especial para integrantes da Carreira de Segurança Penitenciária.

### Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação

A COFT e CCJR aprovaram também emenda modificativa à mensagem, de autoria do Poder Executivo.

Também recebeu aprovação das comissões o projeto de lei 61/2016, oriundo da mensagem 8.006/16, que autoriza a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece) a transferir recursos para o Centro de Treinamento e Desenvolvimento (Cetrede).

O projeto de lei 66/2016, oriundo da mensagem 8.011/16, autoriza a transferência de recursos para a Associação de Pescadores Artesanais, Marisqueiras, Agricultores e Aquicultores. (APAMA).

Já o projeto de lei 67/2016, oriundo da mensagem 8.013/16, autoriza a transferência de recursos financeiros por meio de regime de parceria para organizações da sociedade civil.

A reunião da CCJR aprovou ainda outras cinco mensagens do Poder Executivo, autorizando o Governo do Estado a doar ou ceder uso de imóveis para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (projeto de lei 59/2016, oriundo da mensagem 8.004/16); para o município de Maracanaú (projeto de lei 60/2016, oriundo da mensagem 8.005/16); ao município de Tianguá (projeto de lei 62/2016, oriundo da mensagem 8.007/16); ao Tribunal Regional Eleitoral (projeto de lei 63/2016, oriundo da mensagem 8.008/16) e ao município de Fortaleza (projeto de lei 64/2016, oriundo da mensagem 8.099/2016).



**29.06 - Lei de Diretrizes Orçamentárias é aprovada na Comissão de Orçamento da Assembleia.**

(Fonte: Agência Assembleia)

A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação deliberou, em reunião extraordinária nesta terça-feira (28/06), a proposição nº 44/2015, oriunda da mensagem nº 7.990, de autoria do Poder Executivo, acerca do projeto da Lei Orçamentária (LDO) que dispõe sobre as prioridades, diretrizes e normas da administração pública estadual, para elaboração e exercício de 2017. A LDO teve 64 emendas aprovadas. A relatoria foi do deputado Evandro Leitão (PDT).

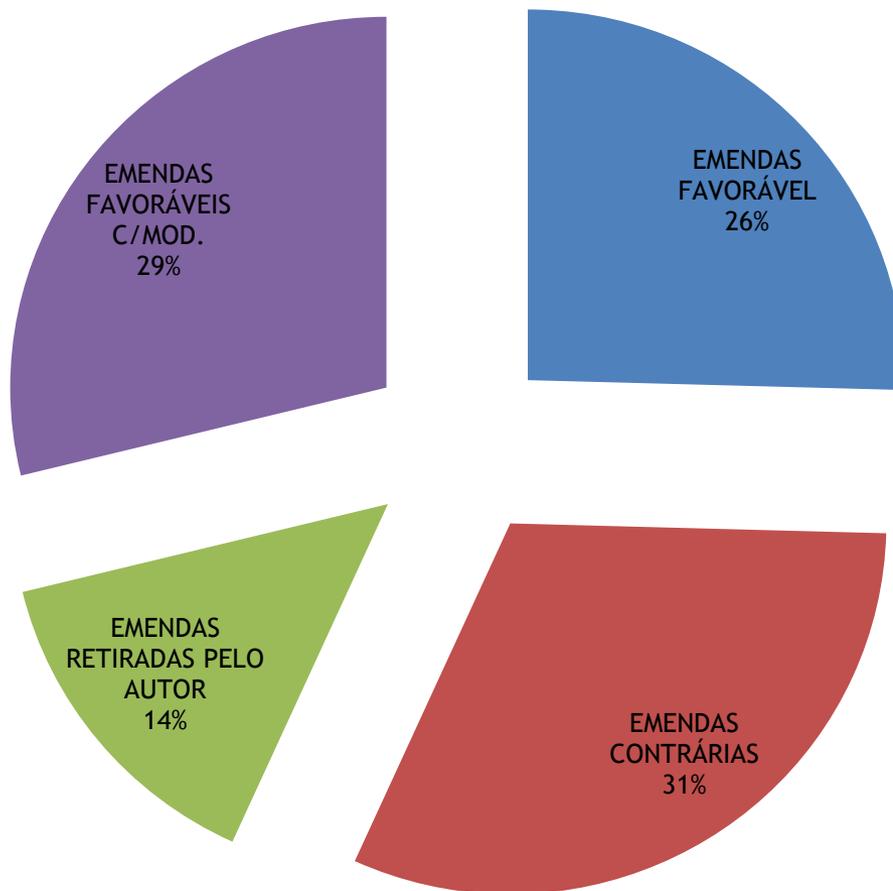
Durante a reunião ganharam destaque as emendas aprovadas de número 115, 116, 117 e 118, de autoria do Poder Executivo, que aborda questões orçamentárias voltadas ao Poder Judiciário. A votação contou com o apoio de juízes e desembargadores que estiveram presentes durante a reunião.

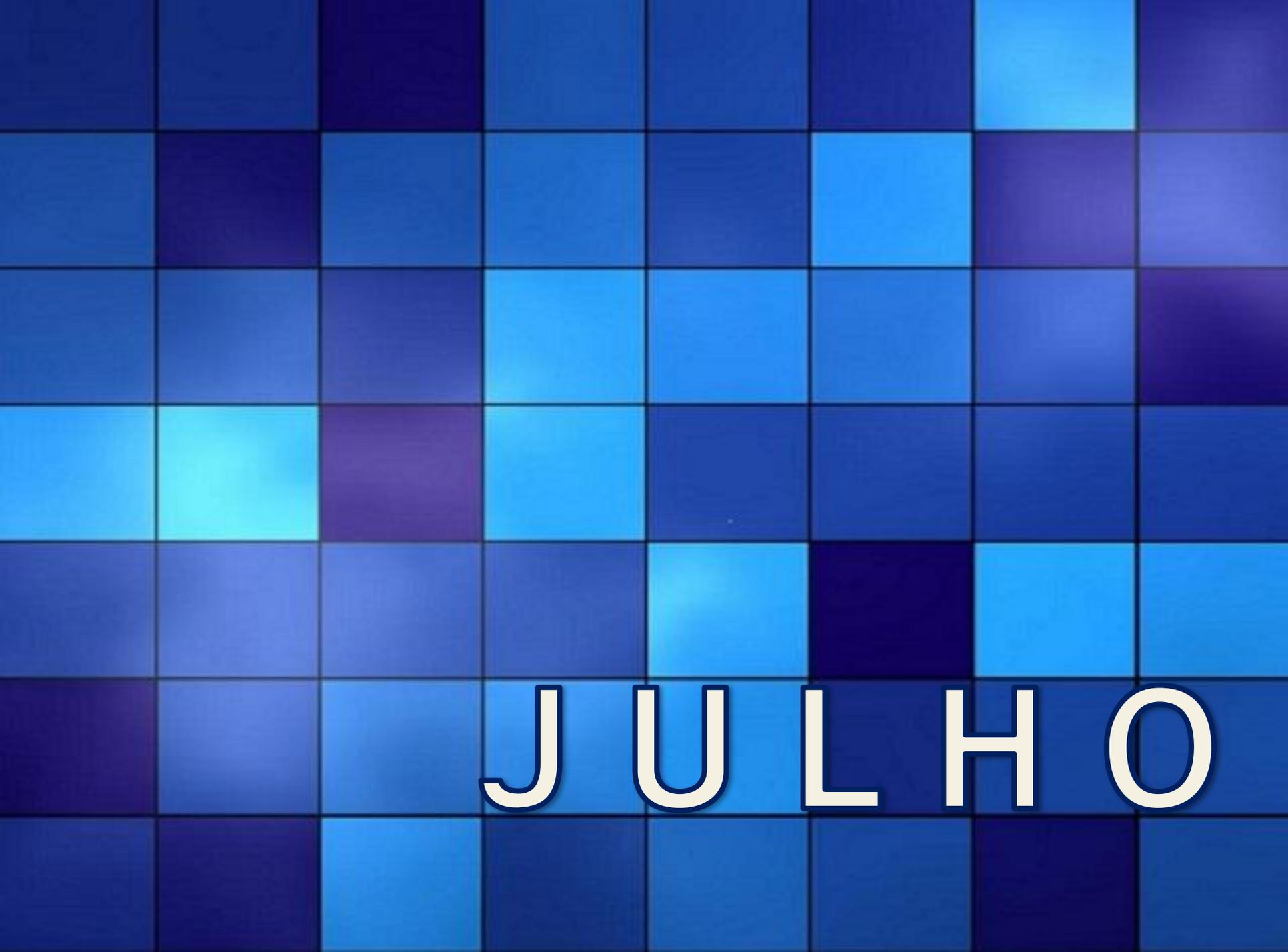
Para o presidente da Comissão, Júlio César Filho (PDT), a aprovação dessas emendas significam um passo importante para o Poder Judiciário. Na

oportunidade, o deputado abriu a fala para o juiz Antônio Araújo, presidente da Associação Cearense de Magistrados (ACM), e para o desembargador Emanuel Leite Albuquerque, que agradeceram a atuação da Assembleia Legislativa e destacaram a luta em torno da elaboração de um Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que determine um percentual mínimo de duodécimo para o judiciário.

Estiveram presentes na reunião, além do presidente da Comissão e do relator da mensagem, os deputados Robério Monteiro (PDT), Walter Cavalcante (PP), Rachel Marques (PT), Roberto Mesquita (PSD), Zé Ailton Brasil (PP), Audic Mota (PMDB), Naumi Amorim (PMB) e Renato Roseno (Psol).

## Resultado - LDO



The image features a background of a grid of squares in various shades of blue and purple. The squares are arranged in a pattern that creates a sense of depth and movement. The word "JULHO" is written in a white, bold, sans-serif font across the bottom of the grid. The letters are slightly shadowed, giving them a three-dimensional appearance as if they are floating above the grid.

JULHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) aprovou duas proposições do Poder Executivo: o projeto de lei nº 70/2016, oriundo da mensagem N° 8.017; e o projeto de lei N° 72/2016, oriundo da mensagem N° 8.019. Também foi aprovado o projeto de lei N° 77/2016, do deputado Elmano Freitas (PT). Já o projeto de lei do Executivo nº 71/2016, que cria o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Estado do Ceará, não chegou a ser votada porque foi pedido vista da matéria.

Já na reunião conjunta das comissões foi aprovado o projeto de lei N° 65/2016, de autoria do Poder Executivo, oriundo da mensagem N° 8.010, que dispõe sobre a regulamentação fundiária urbana implementada pelo Estado do Ceará.

**11.07** - Comissões aprovam quatro mensagens do Poder Executivo.



(Fonte: Agência Assembleia)

As comissões de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT) da Assembleia Legislativa aprovaram, na tarde desta quarta-feira (13/07), seis projetos de lei do Executivo e oito projetos de parlamentares.

As contas do Governo do Estado, no exercício de 2015, também foram aprovadas na reunião da Comissão de Orçamento. A matéria, que teve como relator o deputado Evandro Leitão (PDT), líder do Governo na AL, retornou à pauta da após pedido de vistas dos deputados Roberto Mesquita (PSD), Audic Mota (PMDB) e Elmano Freitas (PT).

O projeto de lei nº 74/2016, oriundo da mensagem nº 8.022/16, autoriza o Poder Executivo a ceder uso de direito de imóvel ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).



(Fonte: Agência Assembleia)

**13.07** - Comissões aprovam contas do Governo do Estado e 14 projetos.



(Fonte: Agência Assembleia)

**18.07 - Criação do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal é aprovada nas comissões**

As comissões de Orçamento Finanças e Tributação (COFT); de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP); e de Indústria, Comércio, Turismo e Serviço (CITS) aprovaram, em reunião conjunta nesta segunda-feira (18/07), a criação do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF).

O fundo está previsto no projeto de lei nº 71/2016, oriundo da mensagem nº 8.018/2016, do Poder Executivo. Ele será estabelecido a partir dos 10% dos benefícios e incentivos concedidos aos contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Na reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, também nesta segunda-feira (18/07), foram aprovados três projetos de lei do Poder Executivo. As matérias autorizam

transferência de recursos financeiros por meio de termos de fomento e colaboração para as pessoas jurídicas do setor privado. São eles: o projeto de lei nº 77/2016, oriundo da mensagem nº 8.025/2016; o nº 78/2016, oriundo da mensagem nº 8.026/2015; e o nº 79/2016, oriundo da mensagem nº 8.027/2016. Cada um deles teve três emendas aprovadas, todas de autoria do deputado Audic Mota.

Participaram das reuniões os deputados Júlio César Filho (PDT), Antônio Granja (PDT), Evandro Leitão, Audic Mota, Roberto Mesquita (PSD), Renato Roseno (PSOL), Elmano Freitas (PT), Leonardo Pinheiro, Walter Cavalcante (PP), Carlos Matos (PSDB) e Ferreira Aragão (PDT). Também esteve presente o titular da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), Mauro Filho.

The image features a background of a grid of squares in various shades of blue and purple. The squares are arranged in a pattern that creates a subtle gradient and texture. In the lower portion of the image, the word "AGOSTO" is written in a bold, white, sans-serif font. Each letter has a thin black outline, making it stand out against the colorful background.

AGOSTO



(Fonte: Agência Assembleia)

**30.08 - CCJR e Orçamento realizam 92 reuniões no primeiro semestre.**

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT), da Assembleia Legislativa, realizaram 92 reuniões ordinárias e extraordinárias no primeiro semestre deste ano.

Apenas a CCJR promoveu 50 encontros para avaliar os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental de projetos e emendas. O presidente da CCJR, deputado Antônio Granja (PDT), afirma que o Colegiado é a “comissão por onde tudo começa”, uma vez que todas as proposições precisam passar por ela para terem garantida a admissibilidade.

A COFT também foi uma das comissões que mais se reuniu na AL no primeiro semestre, tendo realizado 42 encontros no Complexo de Comissões Técnicas. O deputado Júlio César Filho (PDT), presidente do Colegiado, comenta que a comissão é responsável por aprovar peças orçamentárias enviadas à Casa pelo Governo do

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação Estado, como a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2017, que compreende as metas e prioridades da administração pública para o próximo ano.

Júlio César Filho lembra que a matéria foi aprovada no fim de julho, com 67 das 118 emendas propostas pelos deputados. “A LDO foi aprovada de forma rápida, cumprindo todos os prazos regimentais. É um grande percentual de aproveitamento. Isso comprova que os membros estão se debruçando nas matérias que dizem respeito ao orçamento, fazendo nossa parte, deixando as matérias aptas a serem apreciadas em Plenário, com bastante contribuição dos deputados”, explica.

A COFT realizou ainda, no primeiro semestre, três audiências públicas, que discutiram o projeto da LDO 2017, a revisão da remuneração dos servidores públicos civis do Ceará e as metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2016.



(Fonte: Agência Assembleia)

**30.08 - Comissões aprovam nova tarifa pelo uso da água durante a estiagem.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e as comissões de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT); de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP); De Defesa Social (CDS); de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido (CMADS); e de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (CCTES) aprovaram, em reuniões extraordinárias na tarde desta terça-feira (30/08), quatro projetos do Poder Executivo. Entre eles, o projeto que cria a nova tarifa de contingência pelo uso de recursos hídricos neste período de estiagem.

O projeto de lei nº 83/2016, oriundo da mensagem nº 8.035/16, que cria a nova tarifa de contingência pelo uso da água foi aprovado com cinco emendas aditivas, sendo duas de autoria do deputado Audic Mota (PMDB), duas do deputado Roberto Mesquita (PSD) e uma do deputado Renato Roseno (Psol).

Outro projeto aprovado foi o de nº 82/16, oriundo da mensagem nº 8.030/16 , que concede a

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação Gratificação de Atividades Especiais de Risco (GAER) aos agentes penitenciários do Estado.

A contratação por tempo determinado para a Companhia Cearense de Transportes Metropolitanos (Metrofor), previsto no projeto de lei complementar nº 06/2016, oriundo da mensagem nº 8.033/16 também foi aprovada pelas comissões.

Na reunião conjunta, os parlamentares aprovaram ainda o projeto de lei nº 81/2016, oriundo da mensagem nº 8.029/16, que cria o Programa de Pesquisa em Ciências Ambientais.

Participaram das reuniões os deputados Antônio Granja (PDT), Leonardo Pinheiro (PP), Rachel Marques (PT), Evandro Leitão (PDT), Roberto Mesquita (PSD), Audic Mota (PMDB), Elmano Freitas (PT), Robério Monteiro (PDT), Bruno Pedrosa (PP), Dra. Silvana (PMDB), Renato Roseno (Psol), Laís Nunes (PMB) e Carlos Matos (PSDB).

The background consists of a grid of squares in various shades of blue and purple. The word 'SETEMBRO' is written in a bold, white, sans-serif font with a dark blue outline, centered horizontally across the lower half of the image.

SETEMBRO



(Fonte: Agência Assembleia)

### **09.09 - Servidores da AL capacitados em curso de educação em fiscalização e controle.**

Um total de 134 servidores da Assembleia Legislativa foram capacitados no curso de Educação Continuada em Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, lançado em junho pela Assembleia Legislativa, por meio de convênio assinado com os tribunais de Contas do Estado (TCE) e dos Municípios (TCM).

A diretora adjunta operacional da Casa, Sílvia Helena Correia, lembrou que a capacitação foi iniciativa do deputado Bruno Pedrosa (PP), presidente da Comissão de Fiscalização e Controle. “A Assembleia atua em dois grandes

eixos: legislar e fiscalizar. Começamos pela capacitação dos quadros para atingir nosso objetivo, que é fazer um modelo de fiscalização e controle na Casa”, explicou Sílvia Helena.

Além dos servidores que atuam nas comissões temáticas da AL, o curso capacitou funcionários da Controladoria, Procuradoria e Diretoria da Casa, ainda de acordo com Sílvia Helena.

Para a diretora do Departamento de Recursos Humanos da Casa, Elenice Ferreira Lima, o curso foi mais uma oportunidade de capacitação para os servidores



(Fonte: Agência Assembleia)

### **22.09 - Audiência discute limitação de gastos públicos no País.**

A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa debateu, em audiência pública na tarde desta quinta-feira (22/09), a proposta de emenda constitucional (PEC) 241/2016 que institui um novo teto para os gastos públicos, limitando as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior, corrigidos pela inflação oficial.

Como encaminhamento, o deputado Elmano Freitas (PT), requerente do debate, informou que vai apresentar um requerimento com moção de protesto para a AL se manifestar sobre a PEC, com posterior envio para a bancada federal do Estado. Além disso, o parlamentar sugeriu que

a discussão fosse conduzida à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Segundo Elmano Freitas, a medida representa um retrocesso na garantia de direitos fundamentais, como saúde e educação. “Para o cidadão que quer mais saúde pública, quer educação melhor, quer uma vaga na universidade, essa emenda constitucional está dizendo que ele não terá isso por 20 anos”, criticou. Elmano apontou ainda a necessidade de uma profunda reforma tributária como solução para conter o aumento das despesas públicas.

The image features a background of a grid of squares in various shades of blue and purple. The squares are arranged in a pattern that is roughly 8 columns wide and 8 rows high. The colors range from dark, almost black, to bright cyan. The word "OUTUBRO" is written in a white, bold, sans-serif font with a thin black outline, centered horizontally across the lower half of the grid.

OUTUBRO



(Fonte: Agência Assembleia)

#### **14.10 - Secretário entrega na AL proposta de Lei Orçamentária para 2017.**

A proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017 foi entregue ao primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Tin Gomes (PHS), pelo secretário do Planejamento e Gestão do Ceará (Seplag), Hugo Figueiredo. Ele informou que a previsão orçamentária é de R\$ 25 bilhões para o próximo ano, o que representa um aumento de cerca de 3% em relação a 2016.

Segundo o deputado Tin Gomes, a matéria deverá ser lida na Casa na sessão plenária da próxima terça-feira (18/10), e remetida em seguida para apreciação da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação. Conforme o parlamentar, deverão ser realizadas audiências para discussão da matéria e apresentação de

emendas. A Assembleia Legislativa tem até 20 de dezembro para aprovar a LOA.

O secretário Hugo Figueiredo informou que cerca de R\$ 4,1 bilhões do orçamento serão destinados a investimentos, englobando recursos financiados com convênios com o governo federal, instituições financeiras, parceiros privados, além de recursos próprios e do tesouro estadual. Esse montante será aplicado em obras nas áreas infraestrutura, com ampliação de rodovias, obras do metrô, Porto do Pecém, Cinturão das Águas, urbanização do rio Cocó, além de saneamento básico e construção de escolas de ensino integral.

## 17.10 - Comissões aprovam dois projetos de lei do Tribunal de Justiça.

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) e as de Trabalho Administração e Serviço Público (CTASP) e de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT) aprovaram, em reunião extraordinária, dois projetos de lei do Tribunal de Justiça do Ceará. A reunião aconteceu no Complexo de Comissões Técnicas da Casa.

O projeto de lei nº101/2016, oriundo da mensagem nº 6/2016, altera o artigo 164 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Ceará. Já o projeto de lei nº 102/2016, oriundo da mensagem nº 5/2015, destina parte da arrecadação dos emolumentos e custas judiciais e extrajudiciais ao Fundo de Modernização e

Reaparelhamento do Ministério Público do Estado do Ceará. A matéria foi aprovada com a emenda modificativa nº 1, de autoria do deputado Evandro Leitão (PDT).

O projeto de lei 100/2016, que também estava na pauta de votação das Comissões, não chegou a ser apreciado, pois os deputados Audic Mota (PMDB) e Walter Cavalcante (PP) pediram vistas da matéria.

Participaram da reunião os deputados Elmano Freitas (PT), Júlio César Filho (PDT), Evandro Leitão, Audic Mota, Walter Cavalcante, Bruno Pedrosa (PP) e Zé Ailton Brasil (PP).





(Fonte: Agência Assembleia)

## 18.10 - Projeto da Lei Orçamentária Anual inicia tramitação na Assembleia.

O projeto de Lei Orçamentária Anual do Governo do Ceará que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017, iniciou tramitação na Assembleia Legislativa, nesta terça-feira (18/10).

De nº 103/16, a proposta, oriunda da mensagem 8.056, prevê orçamento da ordem de R\$ 25,062 bilhões, contemplando áreas como de educação, saúde e segurança pública, com exceção dos encargos especiais e Previdência.

O secretário de Planejamento e Gestão (Seplag), Hugo Figueiredo, ao entregar a mensagem ao vice-presidente da AL Tin Gomes (PHS), na última sexta-feira (14/10), explicou que

o Estado estima para o próximo ano, crescimento de 3% em relação a 2016.

O projeto compreende o orçamento fiscal referente aos três poderes Estaduais, Ministério Público, Defensoria Pública, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta e empresas estatais dependentes, fundações legalmente instituídas e mantidas pelo Poder Público. A proposta do Estado foi elaborada considerando as orientações estratégicas do Plano Plurianual para 2016-2019 e pautado na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

### 19.10 - Comissões indicam relator da LOA 2017 e aprovam quatro projetos nesta quarta.

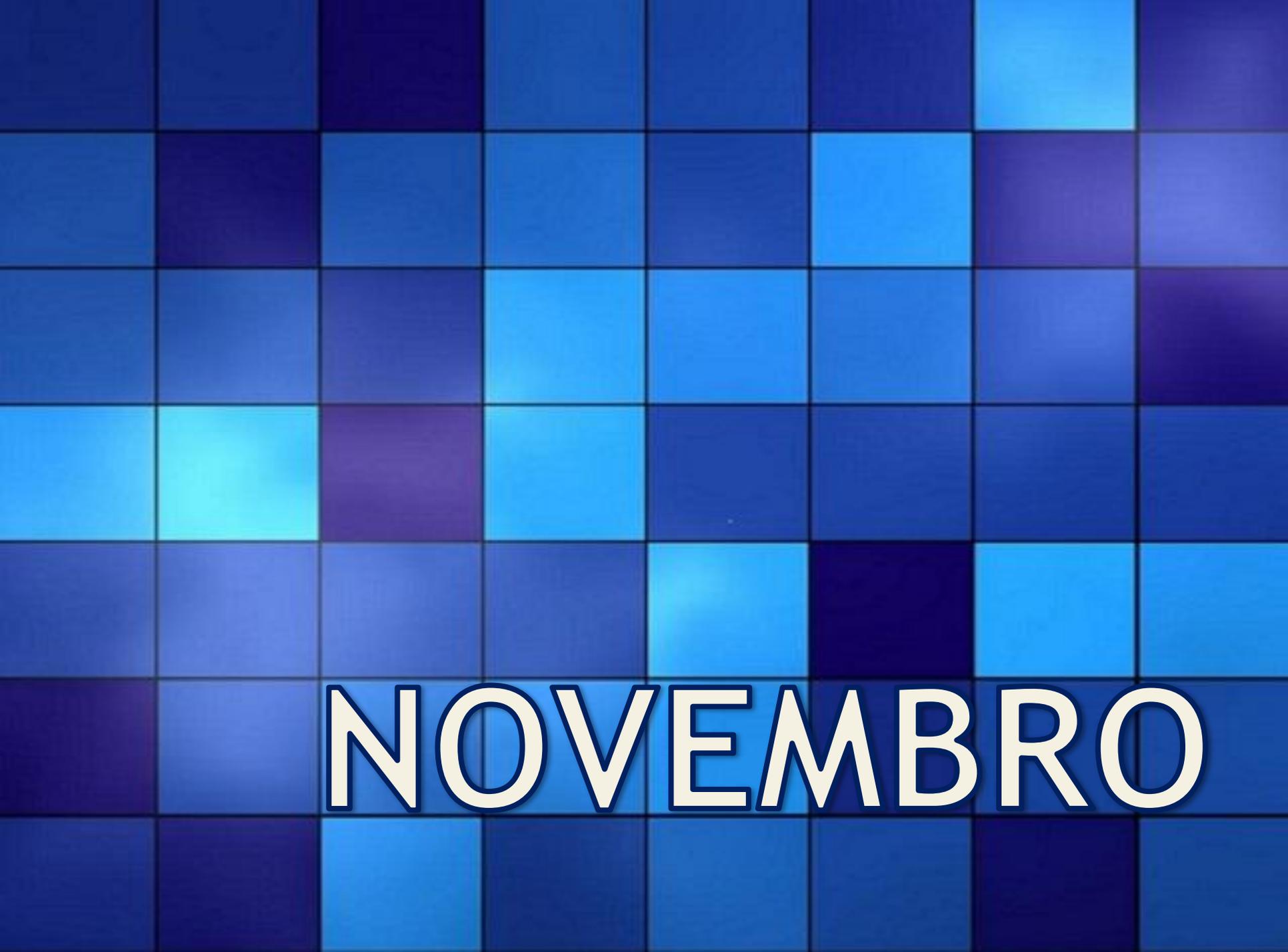
A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT) designou, em reunião ordinária o líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado Evandro Leitão (PDT), como relator do projeto da Lei Orçamentária (LOA). A proposta do Poder Executivo estima a receita e fixa as despesas do Estado para o exercício de 2017. Já a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) aprovou, também nesta tarde, quatro proposições. As reuniões ocorreram no Complexo de Comissões Técnicas da Casa.

O projeto de lei nº 100/2016, oriundo da mensagem nº 5/2016, de autoria do Tribunal de Justiça (TJCE), dispõe sobre despesas processuais devidas ao Estado do

Ceará, readequando o valor das custas processuais em vigor. Enquanto o projeto de indicação 66/2016, de autoria do deputado Bruno Gonçalves (PEN), acrescenta o parágrafo 5º ao artigo 30 da lei nº 15.797, de 25 de maio de 2015, que dispõe sobre promoções dos oficiais militares estaduais.

As reuniões foram presididas por Julio César Filho (PDT), no caso da COFT e das conjuntas, e a CCJR pelo deputado Antônio Granja (PDT). Estiveram presentes os deputados Evandro Leitão; Moisés Braz; Roberto Mesquita; Audic Mota; Elmano Freitas (PT), Walter Cavalcante (PP) e Rachel Marques (PT).



The image features a background of a grid of squares in various shades of blue and purple. The squares are arranged in a pattern that is roughly 8 columns wide and 8 rows high. The colors range from dark, almost black, to bright cyan. The word "NOVEMBRO" is written across the bottom half of the grid in a white, bold, sans-serif font with a dark blue outline. The text is centered horizontally and spans across approximately 10 squares in width.

NOVEMBRO

## 01.11 - Comissões aprovam quatro projetos de lei e 14 de indicação de deputados.

As comissões de Orçamento, Finanças e Tributação; de Trabalho, Administração e Serviço Público e de Defesa Social da Assembleia Legislativa do Ceará aprovaram, em reunião conjunta na tarde desta terça-feira (01/11), quatro projetos de lei e 14 de indicação, todos de autoria dos parlamentares da Casa.

Foi aprovado o projeto de lei 220/2015, de autoria do deputado Bruno Pedrosa (PP), que dispõe sobre o registro da denominação “Ceará, terra do humor” como bem cultural de natureza imaterial. Ao projeto foi aprovada emenda aditiva, também de autoria de Bruno Pedrosa.

Também recebeu aprovação o projeto 261/2015, do deputado Evandro Leitão (PDT), que institui o selo Empresa Inclusiva, de reconhecimento às iniciativas empresariais que favoreçam a integração das pessoas com necessidades especiais. O projeto ainda recebeu duas emendas modificativas do deputado Evandro Leitão.

Na reunião conjunta, foram aprovados ainda os seguintes projetos de indicação: 208/2015 e 22/2016, do deputado Capitão Wagner (PR); 193/2015, do deputado Leonardo Araújo (PMDB); 197/2015 e 204/2015, ambos do deputado David Durand (PRB);



(Fonte: Agência Assembleia)

205/2015, 206/2015 e 207/2015, da deputada Bethrose (PMB); 210/2015, do deputado Evandro Leitão (PDT); 217/2015 e 09/2016, ambos do deputado Carlos Felipe (PCdoB); 34/2016 e 35/2016, do deputado George Valentim (PCdoB), e 66/2016, de autoria do deputado Bruno Gonçalves (PEN).

Participaram da reunião os deputados Antônio Granja (PDT), Júlio César Filho (PDT), Evandro Leitão (PDT), Ferreira Aragão (PDT), Elmano Freitas (PT), Augusta Brito (PCdoB) e Leonardo Pinheiro (PP).



(Fonte: Agência Assembleia)

## 08.11 - Lei orçamentária prevê R\$ 25,1 bi para investimentos e despesas em 2017.

O secretário do Planejamento e Gestão do Estado, Hugo Figueirêdo, esteve na Assembleia Legislativa, na manhã desta terça-feira (08/11), onde apresentou ao Parlamento a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado para 2017.

Ele explicou que a proposta prevê, para o próximo ano, um investimento de R\$ 25,1 bilhões para pagamento de despesas e investimentos, que serão distribuídos entre os poderes Legislativos, Judiciário e Executivo, além de outros órgãos do Estado. O secretário lembrou que os parlamentares têm até o dia 14 de novembro para apresentar emendas propondo

modificações ou acréscimos à LOA.

Entre os investimentos garantidos pela LOA em 2017 estão recursos para o Cinturão das Águas; continuação da implantação do sistema metroviário; expansão dos serviços de abastecimento de água nos municípios cearenses; esgotamento sanitário; conservação, manutenção e pavimentação de rodovias; expansão e reestruturação de escolas, entre outros projetos.

Os gastos com pessoal, segundo o gestor, atingirão o limite prudencial para esse tipo de despesa, o que equivale a 46,14% da receita corrente líquida do Estado.



(Fonte: Agência Assembleia)

### **09.11 - A Comissão de Orçamento aprova dois projetos de lei do Poder Executivo.**

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT) aprovou, em reunião na tarde desta quarta-feira (09/11), dois projetos de lei do Poder Executivo.

O projeto de lei complementar nº 07/2016, oriundo da mensagem nº 8.045, esclarece o alcance a ser dado ao caput do art. 1º da lei complementar nº 37, de forma a deixar evidente que a expressão “outros programas de relevante interesse social” também permita a aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop) em investimentos destinados à melhoria dos transportes públicos e de sua infraestrutura.

O outro projeto é o de nº 107/16, oriundo da mensagem nº 8.053/16, que altera a redação do artigo 1º da Lei Estadual 15.141, cuja finalidade é atender o estabelecido nas cláusulas do contrato de cessão de direito de posse com promessa de doação de imóvel urbano e de produção de empreendimento habitacional, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Participaram da reunião os deputados Julinho (PDT), Rachel Marques (PT), Dra. Silvana (PMDB), Evandro Leitão (PDT), Joaquim Noronha (PRP), Osmar Baquit (PSD), Elmano Freitas (PT) e Robério Monteiro (PDT).

A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação aprovou seis projetos de indicação e a realização de uma audiência pública, proposta pelo deputado Audic Mota (PMDB), para discutir os recursos destinados ao Judiciário.

Entre os projetos de indicação, foi aprovado o de nº 16/2016, de autoria do deputado Capitão Wagner (PR), que dispõe que maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado do Ceará, ficam obrigados a permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto e pós-parto imediato, sempre que solicitado pela parturiente.

O projeto nº 45/2016, de autoria do deputado Naumi Amorim (PMB), institui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável para Agricultura Familiar do Ceará. O deputado é autor também do projeto aprovado nº 19/2016, que autoriza a criação da Escola Estadual Agrícola no município de Quiterianópolis.

Foi aprovado ainda o projeto de indicação nº 36/2016, do deputado George Valentim (PCdoB), instituindo o Programa Banco de Alimentos do Estado do Ceará, e a proposição nº 211/2015, de autoria do deputado David Durand (PRB), indicando a criação de Política Estadual de Prevenção às Doenças Ocupacionais do Educador da Rede Estadual de Ensino.



(Fonte: Agência Assembleia)

## 23.11 - Comissões aprovam seis projetos e três requerimentos

Além disso, foi aprovado o projeto nº 118/2015, do deputado Audic Mota (PMDB), que dispõe sobre a proibição da entrada do torcedor ao recinto esportivo quando comprovado seu envolvimento em situações de dano ao patrimônio público ou privado nas imediações dos estádios, no trajeto de ida e volta para o evento, e quaisquer tipos de lesão ou agressão de qualquer natureza ao cidadão.

Representantes do Poder Judiciário cobraram em audiência pública na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT) da AL, o incremento no repasse de recursos por parte do Poder Executivo. Durante o debate, magistrados apontaram a necessidade de aumento do percentual da receita corrente líquida do Estado que é repassado ao Judiciário.

O deputado Audic Mota (PMDB), requerente do debate, comparou os percentuais dos duodécimos repassados ao Judiciário de outros estados brasileiros e defendeu que os recursos são importantes para o bom desempenho do poder.

“O Ceará está abaixo da média nacional. Há estados que recebem 7% até 9%. O Ceará recebe em torno de 5% de duodécimo. Isso é preocupante, tendo em vista a grande estrutura que temos no nosso Judiciário. São 184 cidades no Estado, cada uma com sua comarca. O acesso à Justiça e a prestação jurisdicional rápida e eficaz como o povo merece é algo que deve ser de constante preocupação do Governo”.

O presidente da Associação de Magistrados do Ceará (ACM), juiz Antônio Alves de Araújo, classificou o atual percentual como “irrisório para as demandas do Poder Judiciário”. “Temos deficiências de estrutura de trabalho, nas instalações físicas e até na contratação de pessoal. Com o orçamento que é destinado atualmente, torna-se impossível realizar a distribuição da Justiça”, disse.



(Fonte: Agência Assembleia)

### 28.11 - Representantes do Judiciário pedem aumento de recursos para o Poder

O secretário de finanças do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), Alex Araújo, afirmou que, de 2010 a 2015, foi necessário que o Poder Executivo suplementasse R\$ 406 milhões ao TJCE, a fim de que o órgão conseguisse pagar os salários dos funcionários. Alex lamentou ainda a escassez de pessoal enfrentada pelo TJCE e afirmou que 2017 será o terceiro ano sem investimentos no Tribunal.

A coordenadora de Planejamento, Orçamento e Gestão da Secretaria de Planejamento e Gestão do Ceará (Seplag), Naiana Corrêa, disse que a proposta feita pelo TJCE foi consolidada pela Pasta, respeitando o que diz a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

The image features a background of a grid of squares in various shades of blue and purple. The squares are arranged in a pattern that is roughly 8 columns wide and 8 rows high. The colors range from dark, almost black, to bright, light blue. The word "DEZEMBRO" is written across the bottom half of the grid in a bold, white, sans-serif font with a thin black outline. The text is centered horizontally and spans across approximately 8 squares.

DEZEMBRO



# LOA Lei Orçamentária Anual

05.12 - LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017 recebe mais de mil emendas de parlamentares

A proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2017, enviada pelo Poder Executivo e em tramitação na Assembleia Legislativa, recebeu 1.288 emendas de parlamentares. De acordo com o chefe do Departamento Legislativo da AL, Carlos Alberto Aragão, a matéria deve ser votada na Casa, antes do início o recesso legislativo, previsto para começar a partir do dia 23 de dezembro.

A matéria tramita na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação e tem como relator o deputado Evandro Leitão (PDT). Os sub-relatores são os deputados Elmano Freitas (PT) e Walter Cavalcante (PP). Entre os parlamentares que mais apresentaram emendas ao projeto estão Audic Mota (PMDB), com 188; Dannel Oliveira (PMDB), com 168; Renato Roseno (Psol), com 120; Roberto Mesquita (PSD), com 92.

O projeto da LOA nº 103/2016, que acompanha a mensagem 8056/2016\_ prevê, para o exercício do ano de 2017, um investimento de R\$ 25,1 bilhões para o pagamento de despesas e investimentos que serão distribuídos entre os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, além de outros órgãos do Estado. A previsão orçamentária para o próximo ano representa um aumento de cerca de 3% em relação a 2016.

Além disso, há cerca de R\$ 4,1 bilhões do orçamento destinados a investimentos, englobando recursos financiados por meio de convênios com o Governo Federal, instituições financeiras, parceiros privados, além de recursos próprios e do Tesouro Estadual. Esse montante será aplicado em obras nas áreas de infraestrutura - com ampliação de rodovias, obras do metrô, Porto do Pecém, Cinturão das Águas, urbanização do rio Cocó – além de saneamento básico e construção de escolas de ensino integral.



(Fonte: Agência Assembleia)

## 07.12 - Comissões conjuntas aprovam quatro projetos do Executivo e um do MPE.

Em reunião conjunta das comissões de Orçamento, Finanças e Tributação (COFT); de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP); de Educação (CE), e de Cultura e Esporte (CCE), na tarde desta quarta-feira (07/12), foram aprovados seis projetos de lei - quatro de autoria do Poder Executivo, um do Ministério Público Estadual e dois de parlamentares.

O projeto de lei nº 113/2016, oriundo da mensagem nº 3/16, do Ministério Público, trata da transformação de promotorias de justiça no quadro do Ministério Público do Estado do Ceará.

O projeto de lei nº 115/2016, oriundo da mensagem nº 8.066, do Poder Executivo, autoriza o estado do Ceará, por intermédio da Secretaria de Educação, a custear cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado) para seus servidores detentores de cargo efetivo ou exercentes de função.

## Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação

O projeto de lei nº 116/2016, oriundo da mensagem nº 8.067, do Executivo, trata da nova prorrogação do prazo estabelecido no artigo 4º da Lei nº 15.592, de abril de 2014, prorrogado pela Lei nº 15.808, de 10 de julho de 2015. O propósito, conforme a mensagem, é garantir a continuidade das obras de construção dos centros de educação infantil (CEIs), tendo em vista a dificuldade de alguns municípios de cumprirem as metas nos termos inicialmente conveniados.

O projeto de lei nº 117/2016, oriundo da mensagem nº 8.067, também do Executivo, altera a Lei nº 15.923, de 15 de dezembro de 2015, que institui o Prêmio Escola Nota Dez. Pelo projeto, fica vedado o recebimento da premiação, no ano seguinte, por escolas que já tenham sido contempladas com o prêmio.

O projeto de lei nº 114/2016, oriundo da mensagem nº 8.064, de autoria do Poder Executivo, , autoriza a transferência de recursos financeiros, por meio de convênios, para a Casa do Estudante do Ceará.

Já o projeto de lei nº 17/2016, do deputado Julinho (PDT), dispõe sobre o pagamento de premiação aos atletas vencedores de corridas de rua, maratonas, meias maratonas e congêneres no Estado.

O projeto de indicação nº 55/2016, de autoria do deputado Capitão Wagner (PR), que modifica a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 19 da Lei nº 15.990, de 22 de março de 2016, garante a contagem de tempo em atividade na polícia para a promoção especial dos policiais civis.

Participaram da reunião os deputados Julinho (PDT), Walter Cavalcante (PP), Elmano Freitas (PT), Evandro Leitão (PDT), Roberto Mesquita (PSD), Bruno Pedrosa (PP) e Moisés Braz (PT).



(Fonte: Agência Assembleia)

A Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa aprovou, em reunião durante a tarde desta quarta-feira (07/12), três projetos de indicação de parlamentares.

O deputado Agenor Neto (PMDB) é autor dos projetos nº 42/16 e 29/16. As propostas tratam, respectivamente, da obrigatoriedade do fornecimento gratuito de repelente contra o mosquito *Aedes aegypti* para gestantes, e da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre os produtos repelentes.

Já o projeto nº 47/16, do deputado Sérgio Aguiar (PDT), institui o Fórum de Trânsito do Ceará (Fortran-CE), de caráter permanente e educativo, em todo o Estado.

## 07.12 - Comissão de Orçamento aprova três projetos de indicação.



(Fonte: Agência Assembleia)

## 19.12 - Comissões aprovam Programa de Controle Administrativo.

As Comissões de Orçamento, Finanças e Tributação; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Indústria, Comércio, Turismo e Serviços; de Ciência, Tecnologia e Educação Superior; de Seguridade Social e Saúde; e de Cultura e Esporte da Assembleia Legislativa aprovaram a criação do Programa e do Fundo Estadual de Fortalecimento e Controle Administrativo, que integra o Plano de Sustentabilidade para o Desenvolvimento do Estado.

O Programa está previsto no projeto de lei nº 119/16, oriundo da mensagem nº 8.069/16. Segundo o texto, o objetivo é incentivar e promover “ações e projetos voltados à prevenção, fiscalização e repressão de qualquer tipo de

ato, de agente público ou privado, pessoa física ou jurídica, praticado em detrimento de interesses, bens e serviços da Administração”. A proposição foi aprovada com uma emenda aditiva de autoria do deputado Capitão Wagner (PR).

Outro projeto aprovado foi o nº 120/16, oriundo da mensagem nº 8.071/16. A matéria faculta aos ocupantes de cargos ou funções integrantes da carreira de médico pertencentes ao grupo ocupacional Serviços Especializados em Saúde (SES) a alteração da carga horária de 20 para 40 horas semanais.

O projeto de lei nº 124/16, oriundo da mensagem nº 8.076/16, cria mais uma classe para cargos e funções de Analista Assistente de Planejamento e Orçamento e Analista Auxiliar de Gestão Pública.

Já o nº 125/16, oriundo da mensagem nº 8.077/16, tem como objetivo estimular a concessão de incentivo fiscal para fomentar projetos de caráter desportivo e paradesportivo mediante patrocínio ou doação do contribuinte do ICMS.

Outro projeto aprovado foi o nº 126/16, oriunda da mensagem nº 8.078/16, altera a lei que dispõe sobre a gratificação pela execução de trabalho em condições especiais. E o projeto de lei nº 127/16, oriunda da mensagem nº 8.079/16, inclui entidades de inclusão do atendimento e promoção dos direitos das crianças e adolescentes como organizações sociais.



(Fonte: Agência Assembleia)

## 20.12 - Comissões aprovam Fundo de Incentivo à Eficiência Energética e mais dois projetos.

As comissões de Orçamento, Finanças, Tributação; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Ciência, Tecnologia e Educação Superior; de Indústria e Comércio, Turismo e Serviços; e de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido da Assembleia Legislativa aprovaram, em reunião nesta terça-feira (20/12), a criação do Fundo de Incentivo à eficiência Energética, em substituição ao Fundo de Incentivo à Energia Solar do Estado.

Outros dois projetos de lei, também de autoria do Poder Executivo, foram aprovados. Um deles altera a contribuição previdenciária dos servidores públicos, enquanto o outro dispõe sobre aumento na base do ICMS. As matérias integram o Plano de Sustentabilidade para o Desenvolvimento do Estado.

A criação do Fundo de Incentivo está prevista no projeto de lei complementar nº 9/16, oriundo da mensagem 8.063/16. Segundo o texto, o objetivo é incentivar “o mercado de produção de equipamentos de energia renovável e a busca, pelo Poder Público, da eficiência energética.” A proposição foi aprovada com quatro emendas dos deputados Renato Roseno (Psol), Heitor Férrer (PSB), Carlos Matos (PSDB) e Carlos Felipe (PCdoB).

Já o projeto de lei complementar nº 11/2016 de autoria do Poder Executivo, oriundo da mensagem 8.073/2016, determina aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos e aumento da contribuição do Estado à Previdência. Conforme a proposta, o objetivo é manter o equilíbrio das contas públicas. O projeto foi aprovado com uma emenda de autoria conjunta dos deputados Evandro Leitão (PDT), Bruno Gonçalves (PEN), Elmano Freitas (PT), Julinho (PDT) e Zé Ailton Brasil (PP).

Também foi aprovada a proposição nº 123/2016, do Poder Executivo, oriunda da mensagem 8.075/2016. A proposta altera a base do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de 17% para 18%. O texto foi aprovado com duas emendas, uma delas do deputado Evandro Leitão (PDT) e a outra de autoria conjunta dos deputados Renato Roseno (Psol) e Elmano Freitas (PT).

As emendas aprovadas pelas comissões conjuntas, também foram votadas e aprovadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). Na reunião da CCJR, foram aprovadas ainda mais 10 emendas ao projeto nº 118/2016 oriundo da mensagem 8.048, do Poder Executivo, que estabelece normas para concessão de uso de bens públicos de grande porte. As emendas são dos deputados Renato Roseno (Psol), Ferreira Aragão (PDT), Capitão Wagner (PR), Roberto Mesquita (PSD) e Evandro Leitão (PDT).

Participaram da reunião os deputados Antônio Granja (PDT), Evandro Leitão (PDT), Carlos Felipe (PCdoB), Walter Cavalcante (PP), Leonardo Pinheiro (PP), Roberto Mesquita (PSD), Dra. Silvana (PMDB), Fernanda Pessoa (PR), Ferreira Aragão (PDT), Renato Roseno (Psol), Carlos Matos (PSDB), Julinho (PDT), Elmano Freitas (PT), Mirian Sobreira (PDT), Jeová Mota (PDT) e Bruno Pedrosa (PP).



(Fonte: Agência Assembleia)

## 22.12 - Comissões aprovam criação de cargos efetivos para socioeducador do Estado.

As comissões de Orçamento, Finanças e Tributação; de Trabalho, Administração e Serviço Público; de Infância e Adolescência e de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa aprovaram a criação de cargos efetivos de socioeducador e analista socioeducador, além da admissão, por tempo determinado, desses profissionais, para suprir necessidade da Superintendência do Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado.

As medidas estão previstas no projeto de lei complementar 12/2016 e no projeto de lei de nº 129/16, ambos do Poder Executivo. Além destes, foram aprovados ainda 14 projetos de parlamentares na reunião das comissões conjuntas realizada na tarde desta quinta-feira (22/12).

O projeto de lei complementar nº 12/2016, oriundo da mensagem 8.068 (<https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2016/8068.htm>), de autoria do Poder Executivo, “dispõe sobre a admissão por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, de profissionais para exercer a função de socioeducador, alterando a Lei Complementar nº 163, de 05 de julho de 2016”.

O projeto de lei de nº 129/16, oriundo da mensagem nº 8.080 (<https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2016/8080.htm>), também do Poder Executivo, determina a criação dos cargos efetivos de socioeducador e analista socioeducador.

Já o projeto de lei nº 180/2016, do deputado Joaquim Noronha (PRP), estabelece proibição de cobrança de consumação mínima em bares, boates, shows, restaurantes e congêneres.

Também de autoria do deputado Joaquim Noronha (PRP), foi aprovado o projeto nº 190/2016, estabelecendo a fixação de placa em local visível por estabelecimentos de frequência pública, informando a capacidade máxima de pessoas suportada, conforme normas e laudo do Corpo de Bombeiros.

Entre os projetos de indicação aprovados dois são do deputado Ely Aguiar (PSDC), nº 51/2016 e 32/2016, e os demais dos deputados Capitão Wagner (PR), nº 41/2016; Ferreira Aragão (PDT), nº 53/2016; Naumi Amorim (PMB), nº 67/2016; Agenor Neto (PMDB), nº 69/2016; David Durand (PRB), 74/2016; Renato Roseno (Psol), 76/2016; Roberto Mesquita (PSD), 93/2015; Audic Mota (PMDB), 176/2015; Leonardo Araújo (PMDB), 05/2016 e Evandro Leitão (PDT), projeto de Lei 30/2016.

Após a votação das matérias, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) aprovou três emendas modificativas, de autoria do deputado Renato Roseno (Psol), aos projetos de lei do Executivo nº 12/2016 e nº 129/2016.

Estiveram presentes na reunião os deputados Antônio Granja (PDT), Evandro Leitão (PDT), Tomaz Holanda (PMDB), Moisés Braz (PT), Odilon Aguiar (PMB), Audic Mota (PMDB), Walter Cavalcante (PP), Leonardo Pinheiro (PP), Roberto Mesquita (PSD), Joaquim Noronha (PRP), Robério Monteiro (PDT), Dra. Silvana (PMDB), Fernanda Pessoa (PR), Renato Roseno (Psol), Julinho (PDT), Elmano Freitas (PT), Jeová Mota (PDT) e Bruno Pedrosa (PP).



(Fonte: Agência Assembleia)

## 28.12 - Assembleia Legislativa aprova Lei Orçamentária de 2017 e entra em recesso.

A proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2017, foi aprovada pela Assembleia Legislativa em sessão extraordinária nesta quarta-feira (28/12). Com isso, o Poder Legislativo entra em recesso parlamentar e retoma seus trabalhos no dia 1º de fevereiro de 2017.

A matéria, prevista no projeto de lei nº 103/16, oriundo da mensagem nº 8.056/16, teve 1.234 emendas aprovadas pelos parlamentares.

O deputado Evandro Leitão (PDT), relator da LOA e líder do Governo, destacou o número elevado de emendas aceitas: das 1.293 emendas propostas pelos deputados, 1.234 tiveram parecer favorável do relator, 21 receberam parecer contrário e 38 foram retiradas da pauta pelos próprios autores. “Isso é fruto do diálogo que tivemos com cada um dos parlamentares no Plenário, sempre com o intuito de contribuir com a mensagem”, ressaltou.

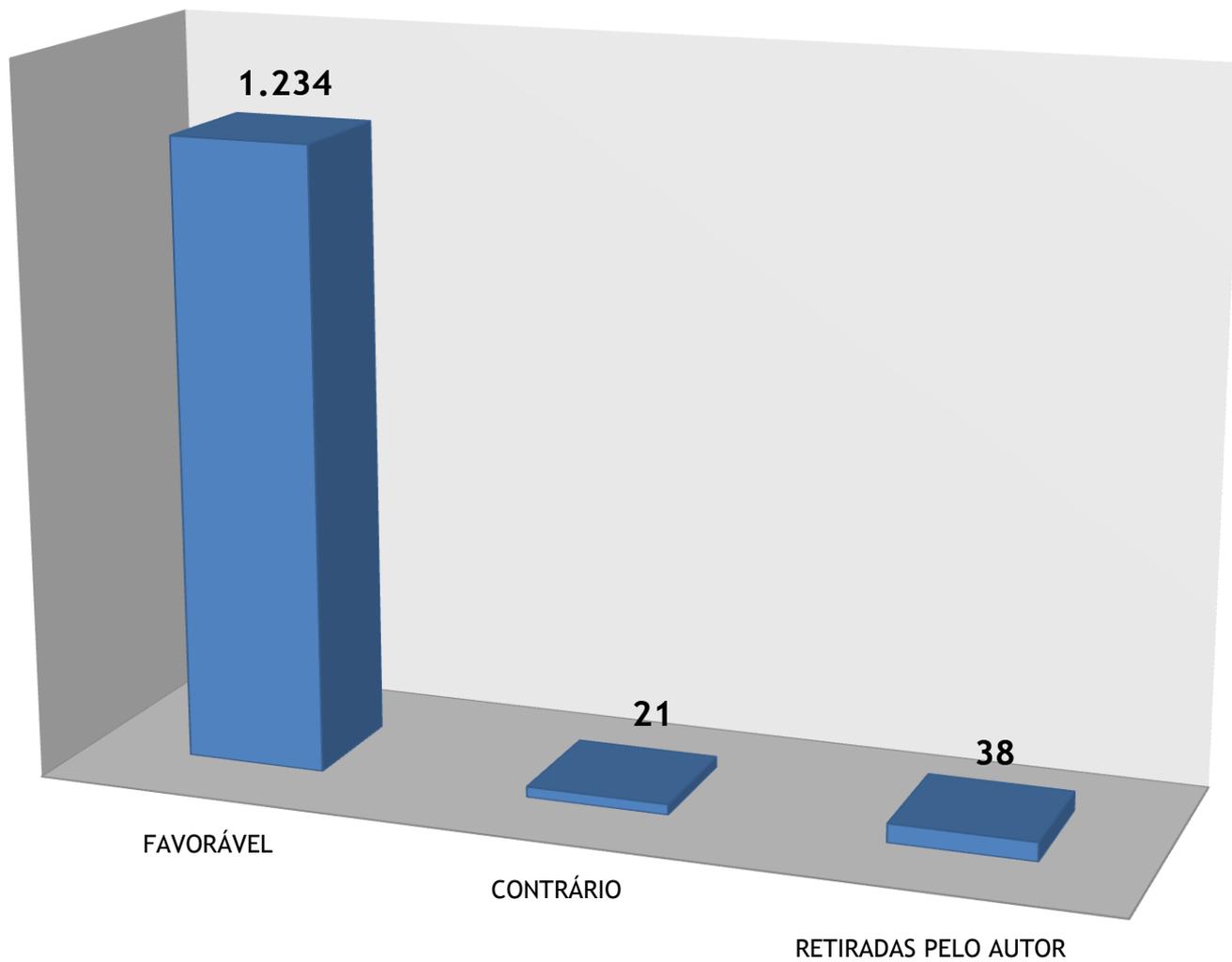
Cerca de 90% das emendas propostas versam sobre perfuração de poços profundos, construção de areninhas, aquisição de ambulâncias, implantação de perícias forenses e construção de trechos em rodovias. O vice-presidente da Casa, deputado Tin Gomes (PHS), destacou que cerca de 60% das emendas de autoria de deputados da oposição foram acatadas.

Evandro Leitão havia proposto emendas redistribuindo os recursos do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Entretanto, com a decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) acatando ação direta de inconstitucionalidade (Adin) sobre a PEC que extinguiu o TCM, o relator da LOA propôs, em novo relatório, que, do total dos R\$ 102.854.648 destinados ao TCM na LOA, R\$ 20.087.037 sejam destinados às despesas de pessoal e encargos sociais e aquisição de medicamentos do Fundo Estadual de Saúde, e o restante, R\$ 82.767.611, retorne ao TCM. A emenda, bem como a proposta de lei orçamentária, foi acatada com abstenção apenas do deputado Renato Roseno (Psol).

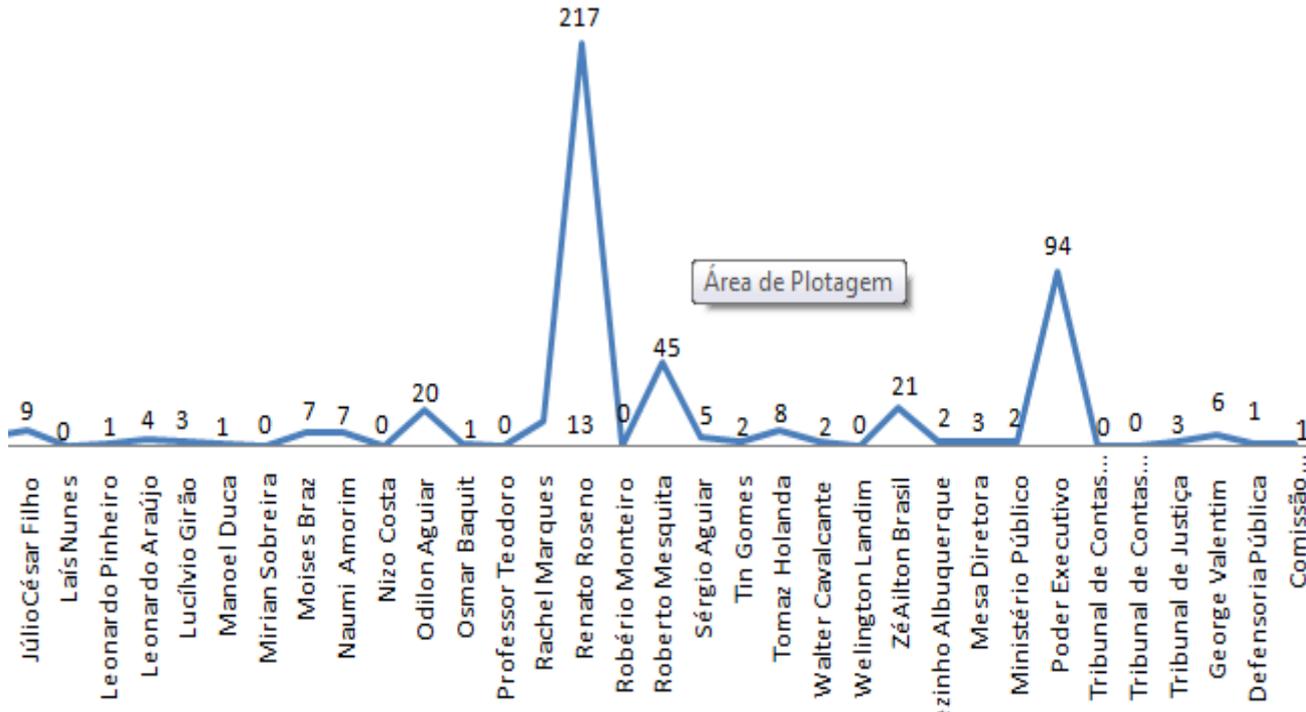
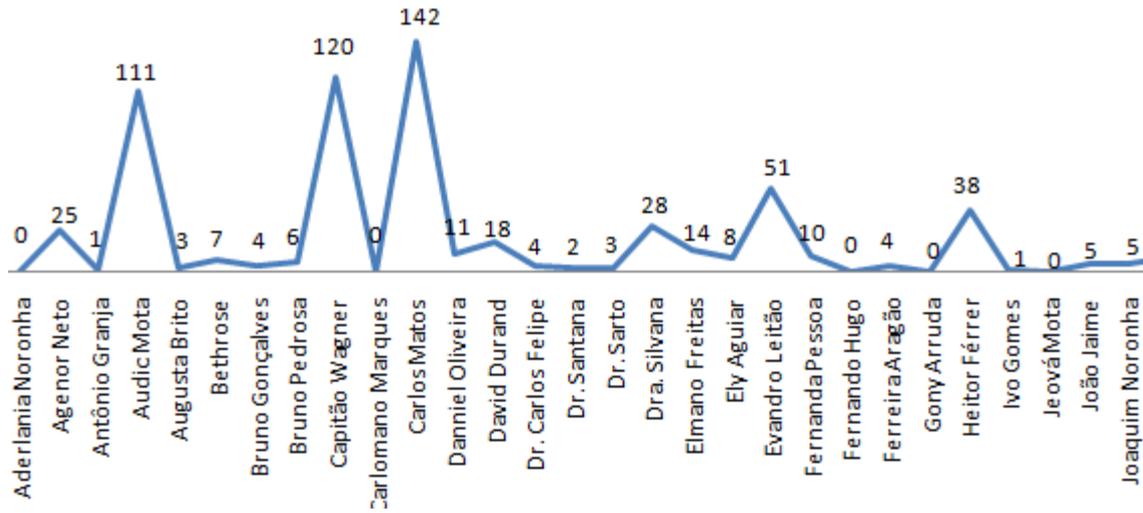
Durante a sessão extraordinária, parlamentares de oposição tentaram adiar a votação da LOA. Os deputados Roberto Mesquita (PSD), Renato Roseno (Psol) e Dra. Silvana (PMDB) protestaram contra o tempo para a apreciação do elevado número de emendas. O deputado Roberto Mesquita entrou com recurso para adiar a votação em dois dias, mas o pedido foi rejeitado pelo plenário. O presidente Tin Gomes (PHS), atendendo aos apelos da oposição, suspendeu a sessão por uma hora e meia, para dirimir dúvidas sobre emendas apresentadas ao projeto governamental.

Após a retomada dos trabalhos, novos questionamentos surgiram com a aprovação da liminar que sustou a PEC do TCM. O deputado Renato Roseno ponderou pelo adiamento da votação da LOA, enquanto Heitor Férrer, embora criticando a tentativa de derrubar a PEC, chegou a sugerir que fosse repassada a totalidade dos recursos do órgão até uma decisão de mérito sobre o assunto. O Plenário, entretanto, aprovou a nova emenda apresentada pelo deputado Evandro Leitão.

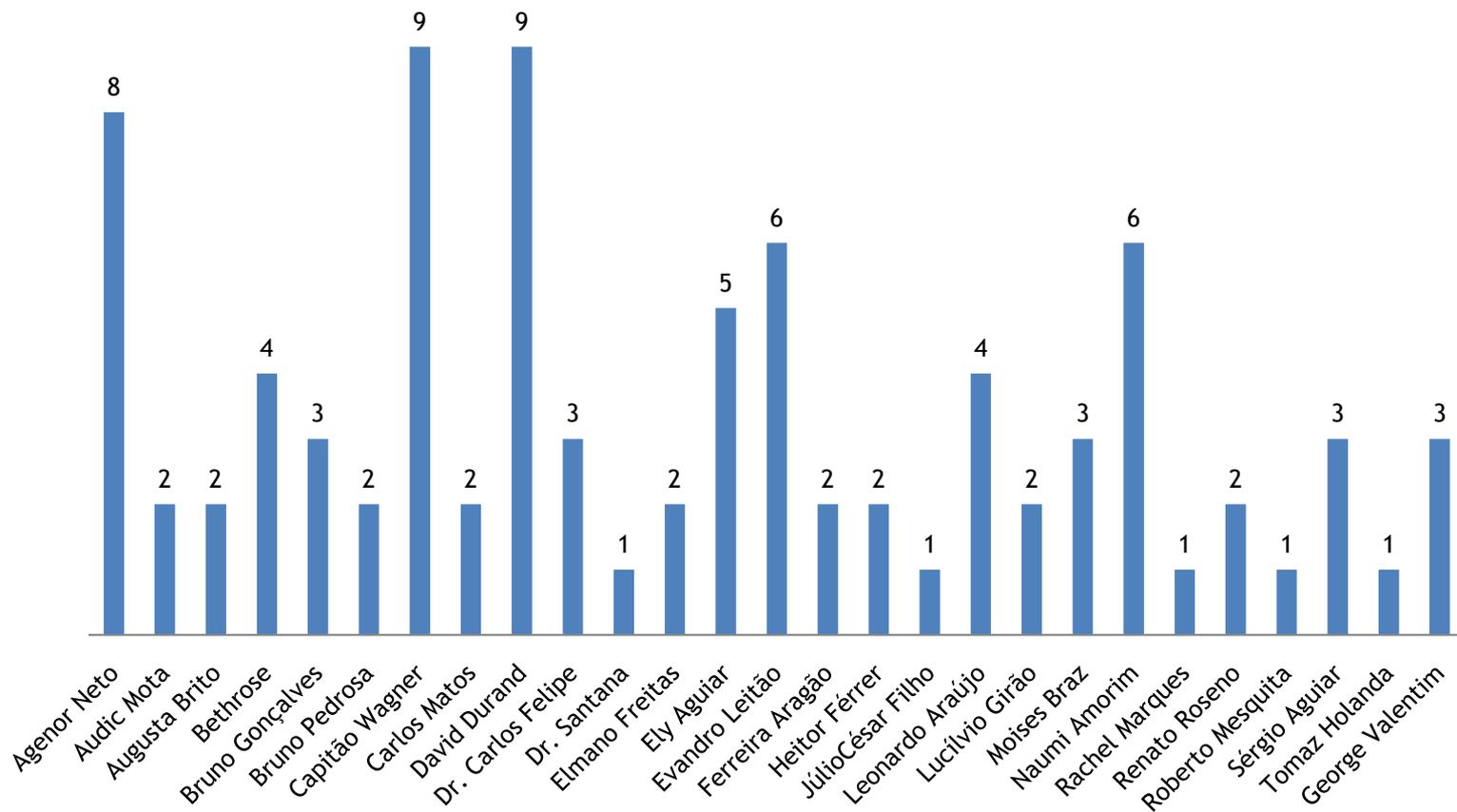
## Resultado - PLOA /2017



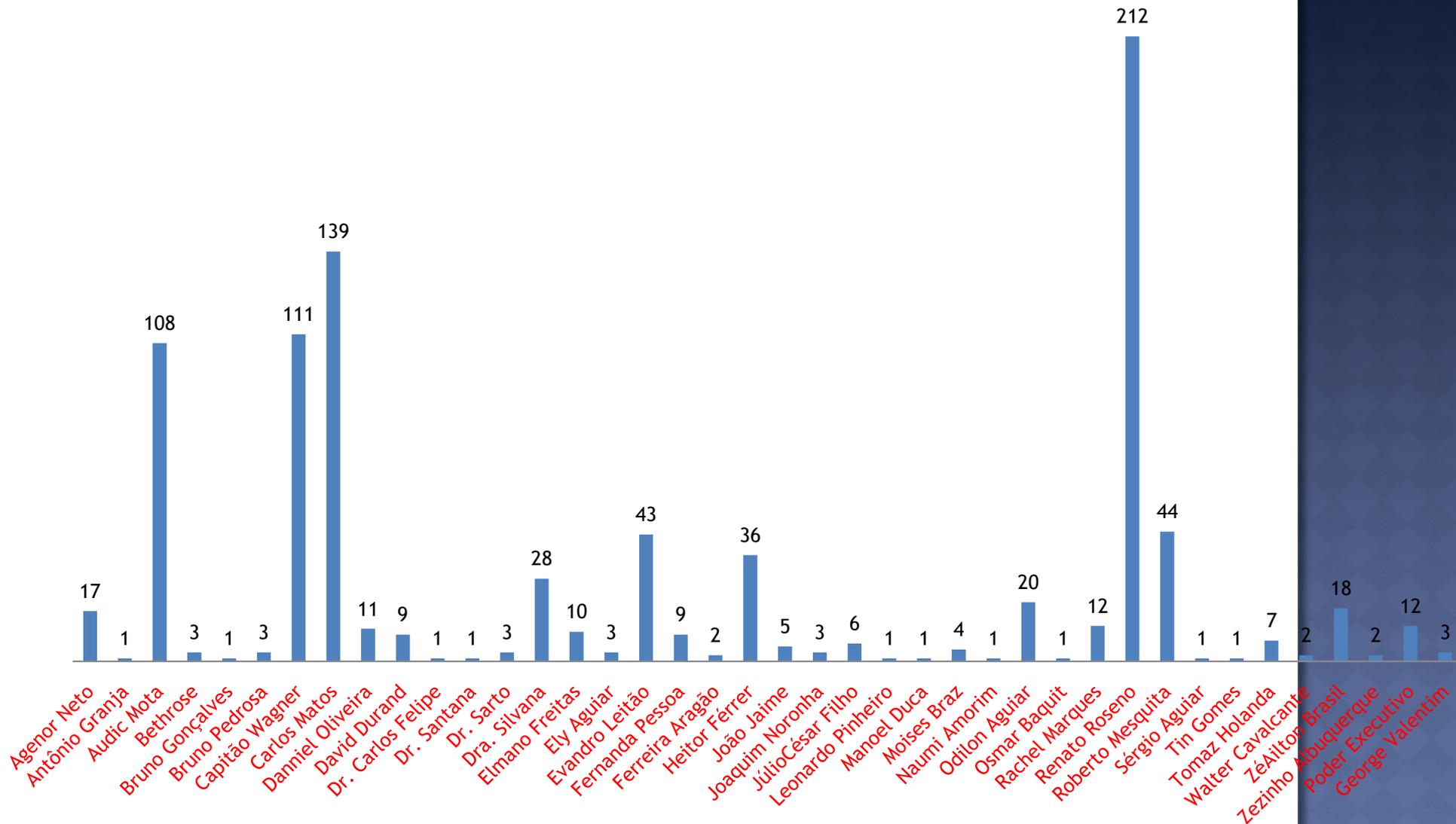
# Relatório Quantitativo (total)



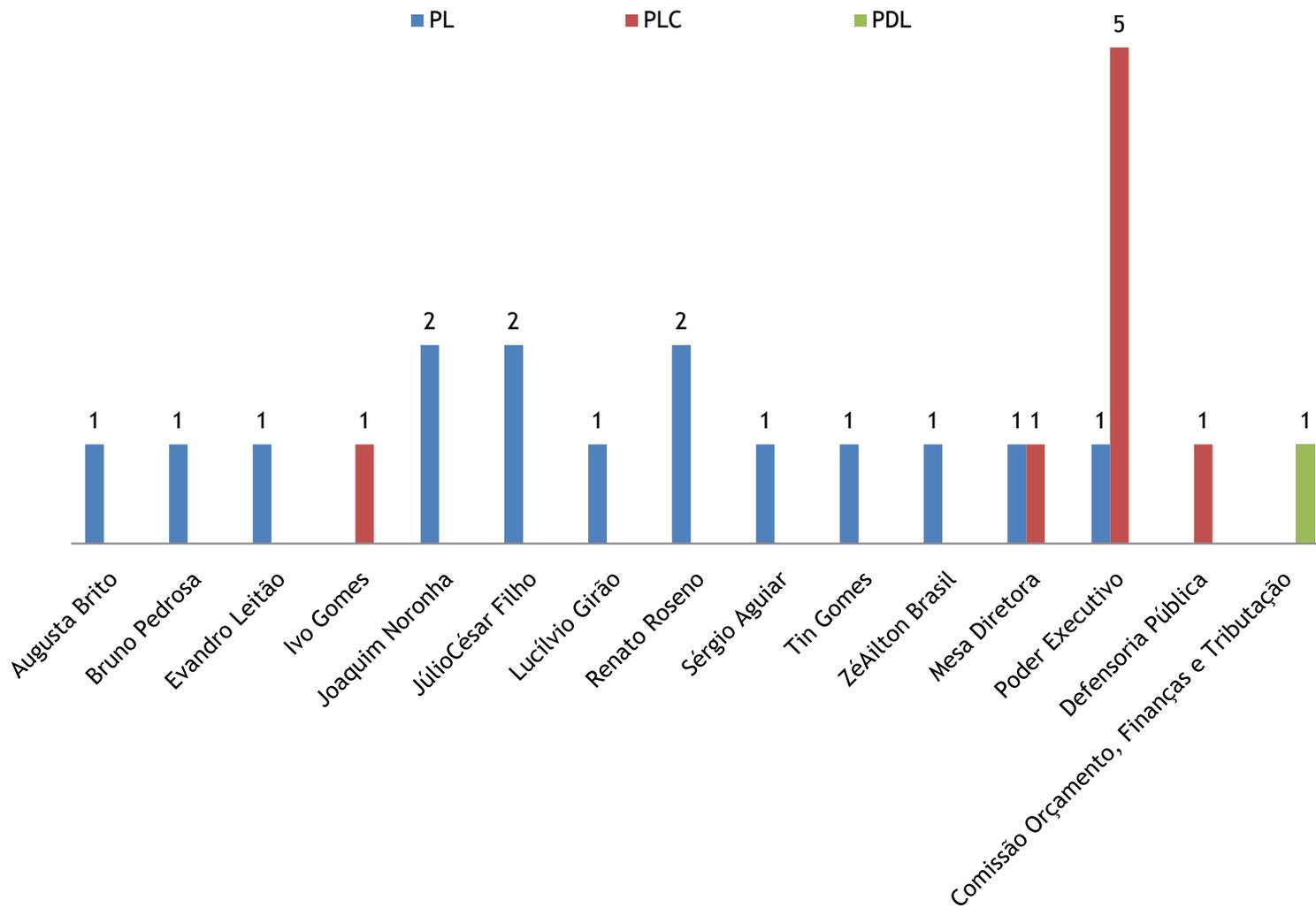
# Projeto de Indicação



# EMENDAS

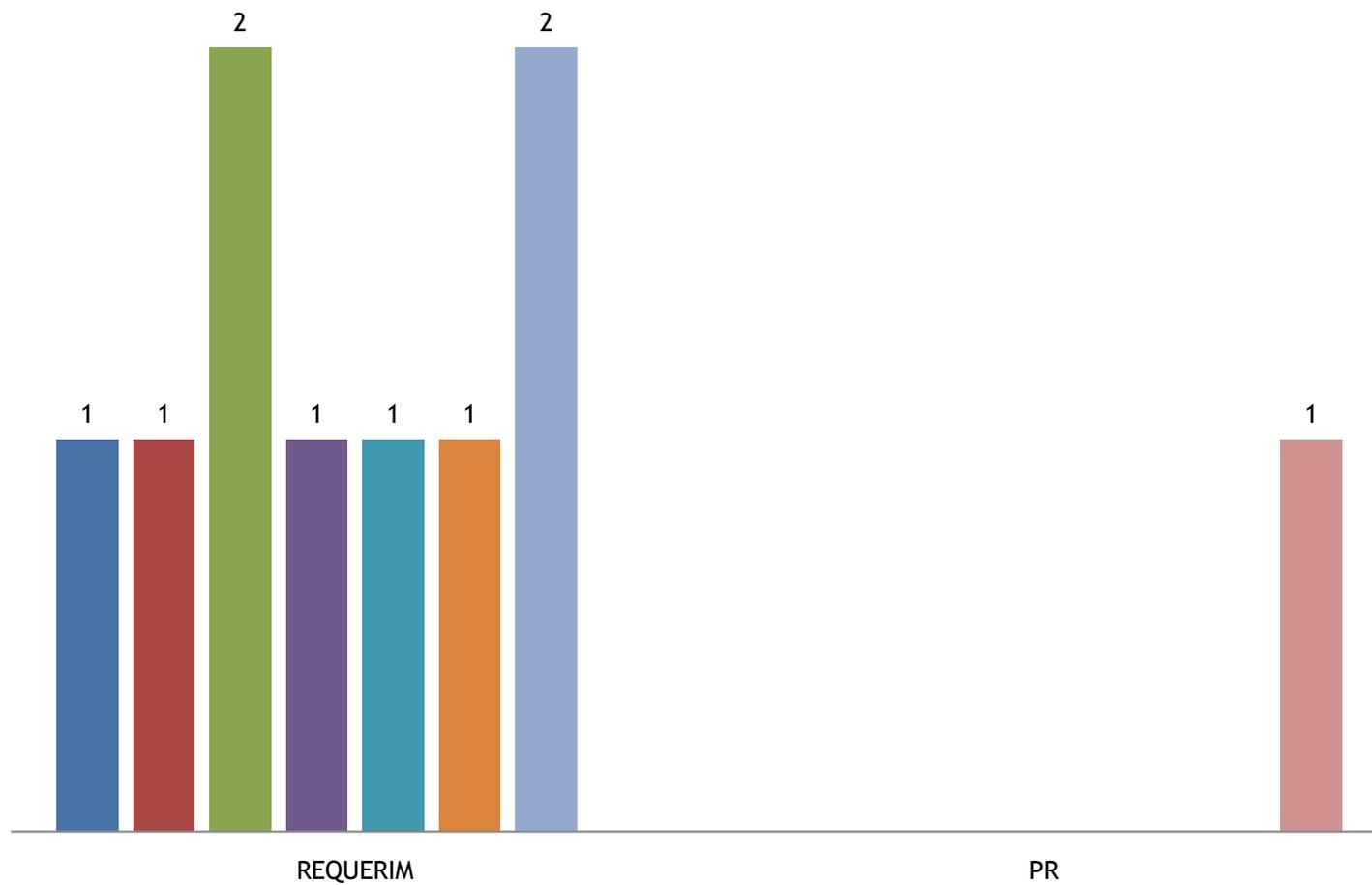


# Projetos de Lei, Projeto de Lei Complementar e Projeto de Decreto Legislativo



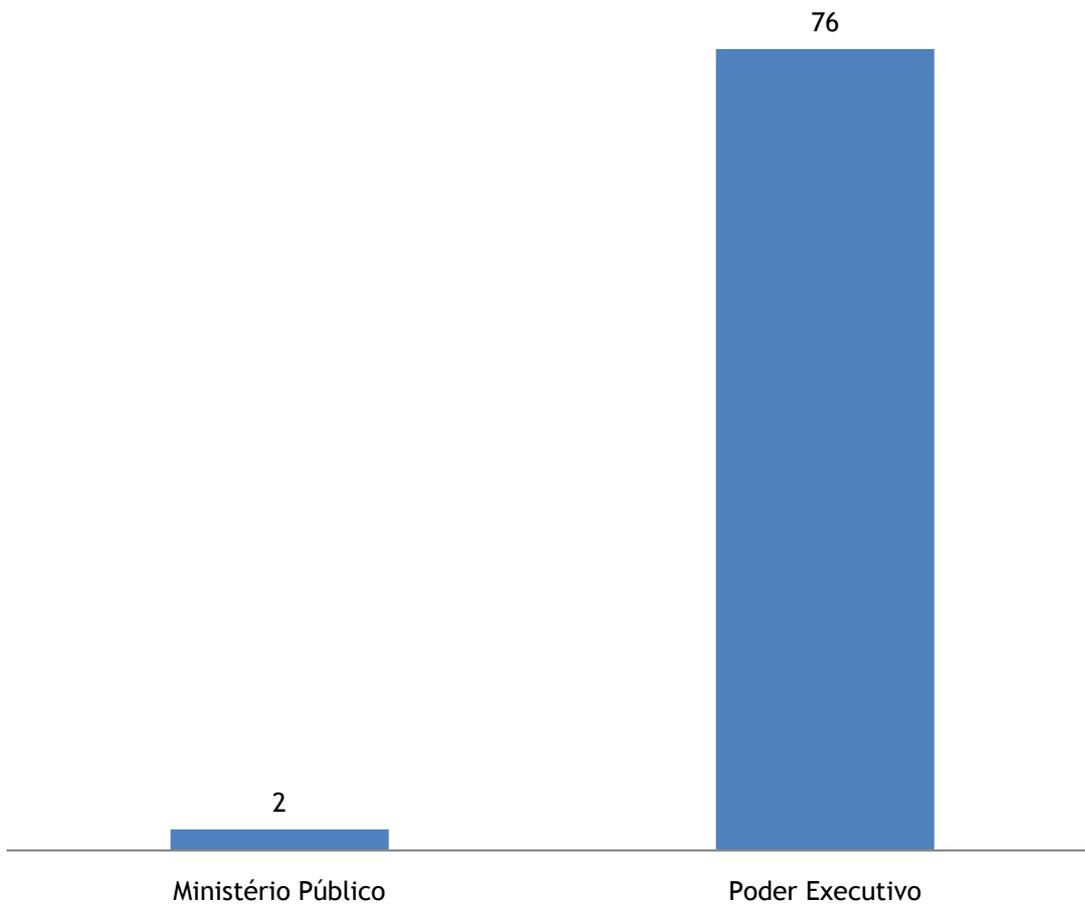
# Requerimento e Projeto de Resolução

- Audic Mota
- Carlos Matos
- Elmano Freitas
- Evandro Leitão
- Fernanda Pessoa
- Renato Roseno
- ZéAilton Brasil
- Mesa Diretora



# MENSAGENS

■ MENS



# Assessoria técnica da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação em 2016

## **Servidores:**

Acrisio José Uchoa Bastos

Jamilyns Monte Castro

José Cleudemir Xavier da Silva

Lucia Vanda Dias Alcantara Galeno

Marcos Henrique Almeida Cordeiro

Maria Lúcia de Moura

Rozina Maria Lessa Rocha

## **Estagiários:**

Gabriel Felix e Silva